

Edição 11.191 // Fechamento 13h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

DOMINGO // 29.11.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

MPF homologa acordo por irregularidades em licitações da Sanepar

●Investigado reconheceu responsabilidade por vantagens indevidas para **favorecer licitações da estatal e deverá pagar R$ 50 mil**

●**O documento menciona a "solicitação, aceitação e recebimento** de vantagem indevida para favorecer o direcionamento

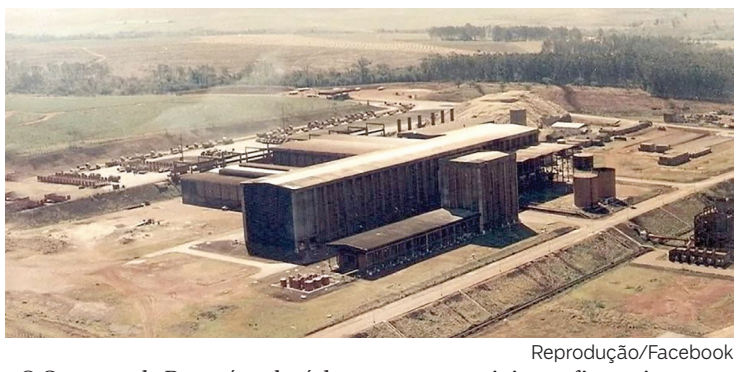
●O Ministério Público Federal (MPF) homologou um acordo de não persecução cível (ANPC) firmado com um investigado que reconheceu sua responsabilidade em irregularidades envolvendo licitações da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). A investigação envolve a solicitação, aceitação e recebimento de vantagens indevidas com a finalidade de favorecer o direcionamento de procedimentos licitatórios promovidos pela companhia paranaense. A decisão foi publicada na quarta-feira (25), na edição nº 215 do Diário Eletrônico do Ministério Público Federal. O acordo foi homologado por unanimidade pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável pelo combate à corrupção, durante a 33ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de novembro, em Brasília.

Público ● P.3

DADOS

●**Embora o Ministério Público Federal mencione procedimentos licitatórios no plural**, a publicação não informa quantos certames foram objeto da investigação

Paraná negocia acordo de R$ 240 milhões com a família Atalla



Reprodução/Facebook

●O Governo do Paraná poderá desembolsar R$ 240 milhões para encerrar dez ações indenizatórias envolvendo a família Atalla e a Usina Central do Paraná (UCP), grupo empresarial cuja trajetória é marcada por conflitos fundiários, passivos trabalhistas e tributários e registros de exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão. O histórico do grupo inclui ainda denúncias de envolvimento de uma de suas principais lideranças empresariais no financiamento do aparato repressivo da ditadura militar, conforme registros reunidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Comissão Camponesa da Verdade. A proposta de acordo judicial foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) em sessão extraordinária realizada em 19 de novembro. A decisão consta na Deliberação CSPGE nº 62/2026. Público ● P.2



O Internacional ficou em situação delicada depois da goleada sofrida em casa para o Vitória Ricardo Duarte

VAI CAIR?

Internacional pode ser rebaixado para a Série B neste domingo. Time precisa derrotar o Bragantino. Esportes ● Pág.6

CORINTHIANS E GRÊMIO FAZEM DUELO DIRETO HOJE

Esportes ● Pág.5

CAMPEÃO FLAMENGO VISITA O CORITIBA

Esportes ● Pág.6

COPA TRUCK ENCERRA O ANO EM BRASILIA

Esportes ● Pág.6

FÓRMULA 1 ENCARA A RETA FINAL NO GOLFO

Esportes ● Pág.6



Reprodução/Facebook

Guaratuba

R$ 30,5 mi: TCE cobra explicações sobre licitação

A Prefeitura de Guaratuba terá três dias para explicar como estruturou uma licitação de R$ 30,5 milhões destinada à execução de serviços de engenharia urbana, incluindo tapa-buracos, pavimentação, drenagem, calçadas, acessibilidade, sinalização e instalação de abrigos de ônibus. O TCE-PR solicitou esclarecimentos sobre o orçamento-base. Público ● P.2

Ufologia

IA, Alienígenas ou Ciberataques? As falhas tecnológicas

Uma série de grandes falhas tecnológicas interrompeu os setores da aviação, bancário e de comunicações. Enquanto os investigadores examinam os problemas de software e as falhas de infraestrutura, permanecem dúvidas sobre inteligência artificial, ciberataques e até mesmo inteligência não humana — mas o que as evidências realmente mostram? Global ● P.11



n3m3/Meta AI

Projetos digitais

BookTube é finalista do Brasil Digital Awards 2026

O projeto BookTube, desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação Setorial (NCS) da Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR), está entre os finalistas do Brasil Digital Awards 2026, uma das principais premiações nacionais voltadas ao reconhecimento das melhores estratégias, serviços e cases digitais do país. A iniciativa paranaense está entre as finalistas. Global ● P.12

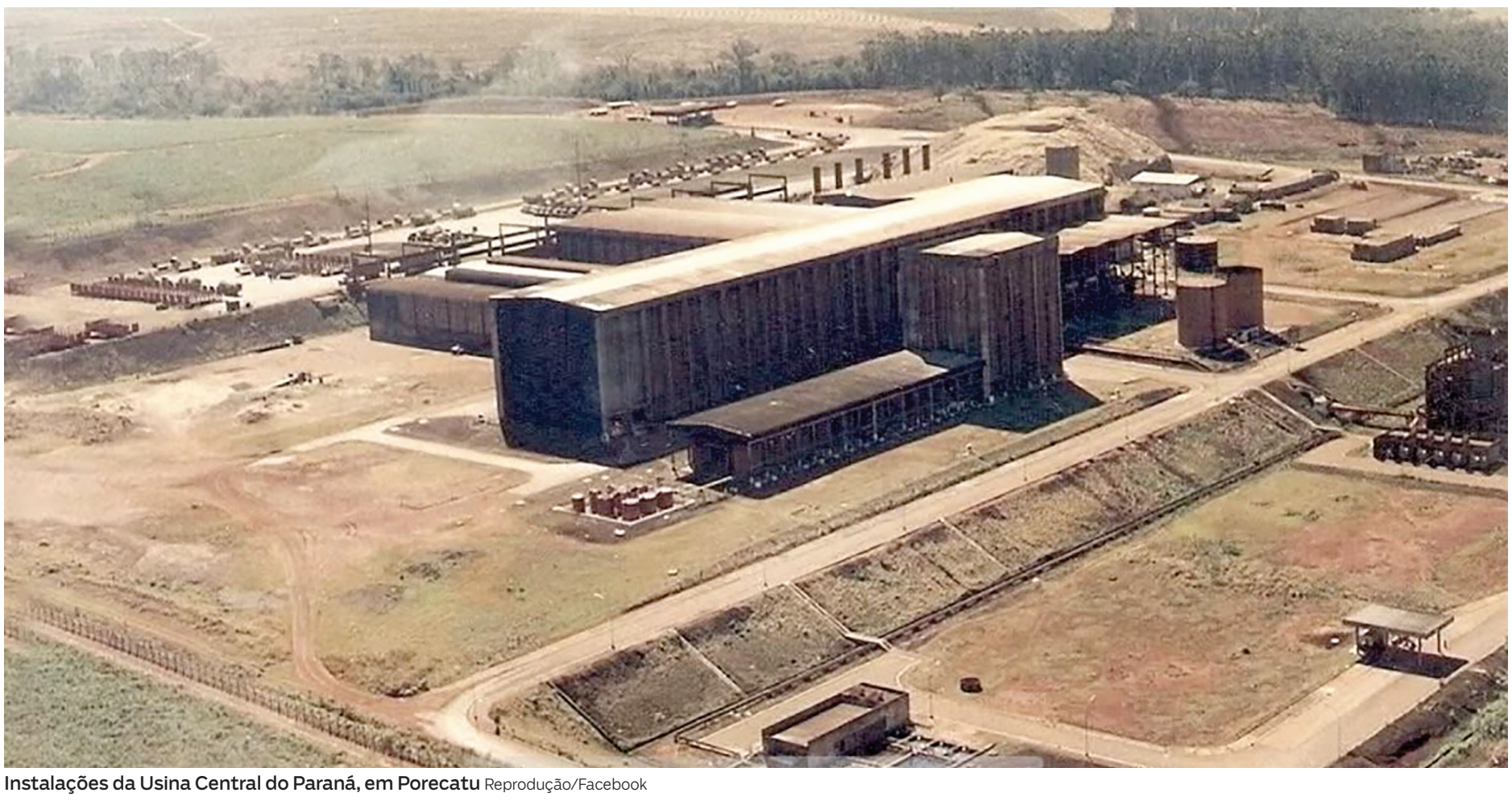
Público

Indenização milionária Proposta prevê pagamento por precatórios para encerrar dez ações contra o Estado; negociação coincide com tratativas federais para destinar terras do grupo à reforma agrária

Governo do PR negocia acordo de R$ 240 milhões com família Atalla

O Paraná poderá pagar R$ 240 milhões à família Atalla para encerrar dez ações indenizatórias, enquanto o Incra negocia destinação de terras do grupo

DA REDAÇÃO
Cascavel


Instalações da Usina Central do Paraná, em Porecatu Reprodução/Facebook

●O Governo do Paraná poderá desembolsar R$ 240 milhões para encerrar dez ações indenizatórias envolvendo a família Atalla e a Usina Central do Paraná (UCP), grupo empresarial cuja trajetória é marcada por conflitos fundiários, passivos trabalhistas e tributários e registros de exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão. O histórico do grupo inclui ainda denúncias de envolvimento de uma de suas principais lideranças empresariais no financiamento do aparato repressivo da ditadura militar, conforme registros reunidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Comissão Camponesa da Verdade.

A proposta de acordo judicial foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) em sessão extraordinária realizada em 19 de novembro. A decisão consta na Deliberação CSPGE nº 62/2026, publicada na edição de 24 de novembro do Diário Oficial do Estado.

O documento estabelece o pagamento de um montante fixo e irreajustável de R$ 240 milhões, tendo outubro de 2026 como data-base. Os recursos deverão ser repassados exclusivamente por meio de precatórios, com distribuição proporcional aos laudos elaborados pelo Estado.

A deliberação autoriza o procurador-geral do Estado a subscrever o acordo, submetendo-o à homologação do governador Ratinho Junior (PSD). A negociação também está condicionada à comprovação da regularidade da representação dos espólios envolvidos, entre os quais figura expressamente o de Jorge Edney Atalla.

As dez ações indenizatórias tramitam nas comarcas de Porecatu e Bela Vista do Paraíso, no norte do Paraná. O ato administrativo, entretanto, não detalha individualmente os processos, os valores originalmente reivindicados pelos autores ou os critérios utilizados para estabelecer o montante global da indenização.

Falta de reforço policial

Documentos do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) revelam que integrantes da família Atalla ingressaram com ações indenizatórias contra o Estado em razão do não cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse de propriedades rurais ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em setembro de 2016, a 2ª Câmara Cível do TJPR julgou um recurso envolvendo Jorge Rudney Atalla, Jorge Edney Atalla, Jorge Sidney Atalla e o espólio de Jorge Wolney Atalla. Os proprietários reivindicavam indenizações por danos morais e materiais, atribuindo ao Estado a responsabilidade pelo descumprimento de uma ordem de reintegração de posse.

O Governo do Paraná aprovou uma proposta de R$ 240 milhões para encerrar dez ações indenizatórias da família Atalla, enquanto o Incra avança em tratativas envolvendo cerca de 8,6 mil hectares do grupo

A controvérsia envolvia a ausência de reforço policial para a execução do mandado judicial. Na ocasião, o Tribunal rejeitou a pretensão dos proprietários de obter o cumprimento da reintegração no âmbito da própria ação indenizatória, sem julgar definitivamente o mérito do pedido de reparação financeira.

Embora a decisão esclareça a natureza de demandas judiciais movidas pela família contra o Estado, a documentação publicada pela PGE não permite confirmar se todos os dez processos abrangidos pelo acordo milionário possuem a mesma origem.

Acordos simultâneos

A aprovação da proposta de indenização pelo Governo do Paraná coincide com o avanço de outra negociação envolvendo o patrimônio do Grupo Atalla, desta vez na esfera federal. Em 18 de novembro, um dia antes da deliberação do Conselho Superior da PGE, o Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aprovou uma proposta de composição judicial envolvendo o grupo empresarial e a União, representada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A Resolução nº 83/2026, assinada em 19 de novembro e publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro, prevê a transferência de 20 imóveis rurais vinculados ao grupo para o Programa Nacional de Reforma Agrária. As propriedades totalizam 5.146,98 hectares e estão distribuídas pelos municípios de Porecatu, Florestópolis, Miraselva, Centenário do Sul e Alvorada do Sul.

Entre as maiores áreas incluídas na negociação estão a Fazenda Porta do Céu, com 1.466 hectares; a Fazenda Santa Maria Sexto, com 705 hectares; a Fazenda Palheta, com 679 hectares; e a Fazenda São José XV, com 499 hectares.

O Incra também manifestou interesse na continuidade das negociações envolvendo outros quatro imóveis rurais, que somam 3.462 hectares. A eventual incorporação dessas propriedades ao programa de reforma agrária, entretanto, não constitui obrigação de aquisição pela autarquia.

Somadas, as duas etapas das tratativas abrangem aproximadamente 8,6 mil hectares de terras vinculadas ao Grupo Atalla. A simultaneidade das decisões administrativas evidencia o avanço de negociações nas esferas estadual e federal envolvendo o mesmo grupo empresarial. Os documentos disponíveis, entretanto, não esclarecem se existe vinculação jurídica ou financeira entre a indenização de R$ 240 milhões e a destinação das propriedades rurais à reforma agrária.

TCE cobra explicações sobre licitação de R$ 30,5 mi em Guaratuba

Pregão prevê tapa-buracos, pavimentação, drenagem e outros serviços; Tribunal pediu esclarecimentos sobre orçamento, modalidade e critérios técnicos antes de decidir sobre a representação

Gabriel Porta
Cascavel

●A Prefeitura de Guaratuba terá três dias para explicar como estruturou uma licitação de R$ 30,5 milhões destinada à execução de serviços de engenharia urbana, incluindo tapa-buracos, pavimentação, drenagem, calçadas, acessibilidade, sinalização e instalação de abrigos de ônibus. O Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) solicitou esclarecimentos sobre o orçamento-base, os critérios utilizados para definir preços e a modalidade de contratação, antes de decidir se recebe formalmente a representação e se adota alguma medida para suspender o certame.

O procedimento questionado é o Pregão Presencial nº 49/2026, que prevê registro de preços para a contratação de empresas especializadas na execução de serviços comuns de engenharia, divididos em quatro lotes. O valor máximo estimado é de R$ 30.538.986,25.

A representação foi apresentada por André Guilherme Montemezzo e aponta possíveis problemas na elaboração das planilhas orçamentárias, na classificação de parte dos serviços como engenharia comum, na utilização do pregão e do Sistema de Registro de Preços, além da realização da disputa presencial.

A sessão pública está prevista para 30 de novembro de 2026, às 9h. Diante da proximidade do certame e dos questionamentos apresentados, o relator determinou que o município se manifeste em três dias sobre os pontos levantados. A decisão ainda não representa o recebimento definitivo da representação nem a suspensão da licitação.

Um dos principais pontos da representação envolve a formação do preço de referência do serviço de tapa-buraco, previsto no Lote 1

Tapa-buraco

Um dos principais pontos da representação envolve a formação do preço de referência do serviço de tapa-buraco, previsto no Lote 1. O questionamento se concentra nos critérios técnicos e econômicos utilizados para definir o custo dos insumos que compõem o serviço e a elaboração do orçamento-base.

O TCE pediu que a Prefeitura apresente esclarecimentos sobre os critérios empregados na escolha e precificação dos materiais utilizados na composição do serviço, além das respectivas memórias de cálculo, pesquisas de preços, cotações e documentos que indiquem a responsabilidade técnica pela elaboração das planilhas. A representação também questiona os percentuais de BDI utilizados no orçamento e os sistemas e referenciais de preços adotados pela administração municipal. O BDI, sigla para Bonificação e Despesas Indiretas, reúne componentes que incidem sobre os custos diretos da obra ou serviço, como despesas indiretas, tributos, seguros, riscos e remuneração da contratada, conforme a composição adotada. A análise desses elementos é importante para verificar como o município chegou ao valor máximo previsto no edital e quais parâmetros foram utilizados para estimar os custos dos serviços que poderão ser contratados.


Licitação para serviços urbanos é questionada no TCE Reprodução/Facebook

Licitação

A contratação foi estruturada para permitir a execução dos serviços conforme as necessidades do município, mediante futuras ordens de serviço.

A representação levanta dúvidas sobre esse modelo, especialmente pela ausência de definição prévia dos locais em que as intervenções serão realizadas.

O questionamento envolve a forma como o objeto foi estruturado e se a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços atende aos requisitos legais diante da natureza dos serviços previstos nos lotes.

O edital contempla intervenções de manutenção e recuperação de pistas de rolamento, calçadas, calçamento, acessibilidade e drenagem pluvial. Também prevê fornecimento e implantação de abrigos de ônibus, além de serviços de sinalização viária vertical e horizontal.

No despacho, o TCE solicitou esclarecimentos sobre a classificação de determinadas intervenções dos Lotes 1 e 2 como serviços comuns de engenharia, especialmente aquelas relacionadas à pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente (CBUQ), pavimentação em paver e implantação de redes de drenagem.

O município deverá explicar os fundamentos utilizados para enquadrar esses serviços nessa categoria e justificar a escolha do pregão e do Sistema de Registro de Preços para a contratação.

Acordo civil Investigado reconheceu responsabilidade por vantagens indevidas para favorecer licitações da estatal e deverá pagar R$ 50 mil, mas documentos públicos não identificam os certames nem os envolvidos

MPF homologa acordo por irregularidades em licitações da Sanepar

Acordo homologado pelo MPF prevê multa de R$ 50 mil e cooperação com a Justiça em investigação sobre licitações da Sanepar



Investigado admite recebimento de propina para direcionar licitações da Sanepar Wagner Araújo

Cascavel
REDAÇÃO

O MINISTÉRIO Público Federal (MPF) homologou um acordo de não persecução cível (ANPC) firmado com um investigado que reconheceu sua responsabilidade em irregularidades envolvendo licitações da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). A investigação envolve a solicitação, aceitação e recebimento de vantagens indevidas com a finalidade de favorecer o direcionamento de procedimentos licitatórios promovidos pela companhia paranaense.

A decisão foi publicada na quarta-feira (25), na edição nº 215 do Diário Eletrônico do Ministério Público Federal. O acordo foi homologado por unanimidade pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável pelo combate à corrupção, durante a 33ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de novembro, em Brasília.

O procedimento é originário da Procuradoria da República no Paraná, tramita sob o número 1.25.000.017158/2026-31 e teve como relator o subprocurador-geral da República André de Carvalho Ramos. Apesar da gravidade das irregularidades descritas, a publicação não identifica o investigado, as empresas eventualmente beneficiadas ou os contratos que foram objeto da apuração.

Responsabilidade

O documento oficial menciona expressamente a "solicitação, aceitação e recebimento de vantagem indevida para favorecer o direcionamento de procedimentos licitatórios promovidos pela Sanepar". A proposta de acordo, apresentada pelo próprio Ministério Público Federal e aceita pelo investigado, estabelece quatro obrigações. A primeira consiste na cessação de qualquer envolvimento com o ato ilícito descrito no procedimento, em reconhecimento à responsabilidade assumida pelo investigado na prática da infração. A segunda estabelece o pagamento de multa civil no valor de R$ 50 mil à Sanepar.

O reconhecimento de responsabilidade diferencia o episódio de procedimentos instaurados exclusivamente a partir de denúncias ou suspeitas de irregularidades. Neste caso, houve a formalização de um compromisso entre o investigado e o Ministério Público, posteriormente submetido à apreciação do colegiado responsável pela revisão de procedimentos relacionados ao combate à corrupção.

SANEPAR

O que prevê o acordo

- **Objeto:** irregularidades em licitações da Sanepar
- **Conduta descrita:** solicitação, aceitação e recebimento de vantagens indevidas para favorecer o direcionamento de licitações
- **Multa civil:** R$ 50 mil
- **Obrigações:** cessar o envolvimento na conduta, colaborar com o MPF e o Judiciário e comparecer quando solicitado para fiscalização
- **Homologação:** 5ª/3 Câmara de Coordenação e Revisão do MPF
- **Relator:** subprocurador-geral da República André de Carvalho Ramos
- **Identificação do investigado:** não divulgada na publicação

Colaboração

Além da obrigação financeira, o investigado assumiu o compromisso de cooperar com o Ministério Público e o Judiciário na elucidação dos fatos abrangidos pelo acordo. Deverá prestar todas as informações e fornecer os auxílios necessários ao esclarecimento das irregularidades.

O documento também estabelece que o investigado deverá comparecer perante o Ministério Público ou em juízo, arcando com as próprias despesas, sempre que necessário e solicitado para fins de acompanhamento e fiscalização das condições pactuadas. A obrigação de colaboração, entretanto, não equivale necessariamente à celebração de um acordo de colaboração premiada na esfera criminal. A publicação não esclarece se o investigado forneceu informações sobre outras pessoas, empresas ou agentes públicos eventualmente envolvidos nas irregularidades.

Multa de R$ 50 mil

Em seu voto, o subprocurador-geral da República André de Carvalho Ramos considerou que o acordo contemplou a integralidade do objeto investigado naquele procedimento e preencheu os requisitos formais e materiais exigidos pela legislação. O relator classificou as cláusulas pactuadas como "aptas, razoáveis e bastantes para assegurar a efetiva proteção do interesse público e a justa reparação almejada". Também fez referência ao Enunciado nº 43 da 5ª Câmara, que orienta a utilização de Guia de Recolhimento da União (GRU) específica nesses casos.

Apesar da avaliação favorável do colegiado, o documento tornado público não apresenta informações que permitam dimensionar a proporcionalidade da multa de R$ 50 mil em relação às irregularidades investigadas. Não foram divulgados os valores das vantagens indevidas recebidas, o montante das contratações ou eventuais prejuízos financeiros suportados pela Sanepar.

A multa civil não se confunde juridicamente com a devolução de vantagens obtidas de forma ilícita ou com o ressarcimento de eventuais danos. A ata não discrimina valores referentes a essas outras medidas, nem esclarece se houve recuperação de recursos em procedimentos anteriores.

Licitações

Embora o Ministério Público Federal mencione procedimentos licitatórios no plural, a publicação não informa quantos certames foram objeto da investigação. Também não identifica os editais, os serviços ou produtos contratados, os municípios abrangidos ou as empresas que poderiam ter sido favorecidas. Não há informações sobre o período em que ocorreram os fatos, tampouco sobre a eventual concretização do direcionamento pretendido, a celebração de contratos ou o pagamento de recursos pela companhia. Outro aspecto que permanece desconhecido é a relação do investigado com a Sanepar. A documentação pública não permite determinar se ele ocupava cargo de direção, integrava o quadro funcional da companhia ou atuava externamente nos procedimentos de contratação. A Gazeta do Paraná realizou consultas aos sistemas públicos do Ministério Público Federal e da Justiça Federal na tentativa de localizar a íntegra do acordo e identificar a origem da investigação. As buscas, entretanto, não permitiram obter os autos do procedimento ou estabelecer sua relação com outras investigações envolvendo a companhia.

Fiscalização do acordo

Ao homologar o acordo, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão atribuiu ao órgão do Ministério Público responsável pelo encaminhamento do procedimento a tarefa de acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo investigado. A decisão publicada refere-se à esfera cível. A documentação disponível não esclarece se existem investigações criminais paralelas, medidas de responsabilização contra terceiros ou decisão judicial de homologação do acordo.

A identificação das licitações envolvidas, dos responsáveis pelo pagamento das vantagens indevidas e da dimensão financeira das irregularidades permanece entre as principais questões em aberto. Também não foram divulgadas, na ata do MPF, informações sobre eventuais providências administrativas adotadas pela Sanepar em decorrência dos fatos investigados.

Sanepar concentra contrato de R$ 39 mi em uma empresa

Gabriel Porta
Cascavel

•A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) contratou por R$ 39,3 milhões uma solução de impressão, cópia e digitalização para unidades espalhadas pelo Estado. A contratação, que prevê 883 equipamentos, foi questionada no Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), que pediu esclarecimentos sobre a opção de reunir os serviços em um único lote. O contrato foi vencido pela Tecprinters Tecnologia de Impressão Ltda., por R$ 39.396.800,00. O valor ficou abaixo do teto de R$ 44.356.540,00 estabelecido no pregão eletrônico nº 1364/2025, homologado em 4 de novembro de 2025.

O questionamento analisado pelo TCE não se concentra no valor final da contratação, mas na justificativa para a concentração de toda a estrutura em um único lote. O relator do processo, conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, solicitou informações à Sanepar sobre os estudos que embasaram a decisão e a avaliação de alternativas que permitissem dividir o objeto da licitação.

A contratação prevê equipamentos, softwares, servidores, manutenção, consumíveis e suporte técnico para atender a demanda da companhia. O conjunto inclui impressoras multifuncionais monocromáticas A4 e equipamentos coloridos A3, além de estrutura de apoio e serviços associados.

A representação apresentada ao TCE levantou dúvidas sobre a opção de reunir os serviços em um único lote, em vez de avaliar a divisão por regiões, tipos de equipamentos ou componentes da solução.

Na análise do processo, o relator reconheceu que a contratação concentrada pode trazer vantagens, como economia de escala, padronização tecnológica, integração dos sistemas, simplificação da logística e centralização da manutenção.

A questão, no entanto, é se essas vantagens foram demonstradas de forma concreta nos estudos técnicos que fundamentaram o edital e se a escolha foi comparada com outras formas de contratação.

O despacho solicita que a Sanepar esclareça se a divisão por regiões, equipamentos ou componentes foi considerada durante o planejamento. O Tribunal também quer conhecer os benefícios específicos atribuídos à contratação de uma única empresa e os possíveis riscos de interoperabilidade caso fornecedores diferentes fossem responsáveis por partes da solução.

EXPLORE TODO O POTENCIAL
DA SUA EMPRESA
NA TORRE BUSINESS

AMEXCON



MEIO PAVIMENTO



OFFICE ¼ DE ANDAR



OFFICE MODULAR

ISTO É
SQUARE
LIFE CENTER

Conheça o empreendimento
completo:
squarelifecenter.com.br

Av. Toledo, 355
Centro, Cascavel/PR

SR CONSTRUTORA DESDE • 1997
IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
VASTO Engenharia

Fale com seu corretor.

PÓS FAG

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU



Conheça os cursos
fag.edu.br/pos

PROGRAMA GLOBAL CONNECTION

@centrofag

FAG CENTRO UNIVERSITÁRIO

Campeonato Brasileiro Internacional tem jogo decisivo contra o Bragantino no Beira-Rio. Só a vitória evita a queda, mas não reduz o drama

Colorado pode sofrer a queda para a Série B hoje

Grêmio, Corinthians e Mirassol são concorrentes do Colorado na luta contra a degola

LUCIANO NEVES
Cascavel


A derrota humilhante para os baianos em casa aumentou a chance de queda do Inter Ricardo Duarte

• Conversei com vários torcedores colorados ao longo desta semana. E percebi o seguinte: todos já jogaram a toalha. Estão cientes de que o Internacional irá disputar a Série B do Campeonato Brasileiro em 2027. E irá sofrer o segundo rebaixamento da história do clube. Dez anos atrás, o Inter também caiu. Em 2016, o time gaúcho sofreu a primeira queda. Os colorados recordam que a situação era tão dramática quanto agora. Porém, na ocasião, o Internacional tinha um ponto a mais na tabela, quando restavam duas rodadas para o fim. Somava 39 pontos e agora tem 38. Naquele ano, até derrotou o Cruzeiro na penúltima rodada, mas o empate com o Fluminense na rodada final decretou o rebaixamento. Ou seja, o Inter caiu com 43 pontos.

Na atual edição do Brasileirão, o Colorado pode chegar a 44 pontos se vencer os dois jogos que restam. Esse recorte é uma incógnita: com essa pontuação, o Inter pode se salvar dependendo dos demais resultados. E até pode ser rebaixado mesmo que consiga somar seis pontos nos dois jogos que restam. O Inter só se salva se Grêmio e Mirassol sofrerem uma derrota nos dois jogos que restam.

No entanto, os torcedores colorados só poderão fazer as contas ao fim dessa rodada se o Internacional derrotar o Bragantino neste domingo (29), às 18h30, no Beira-Rio. Agora, se for derrotado pelo time paulista, a exemplo do que ocorreu na rodada passada, quando foi goleado pelo Vitória por 5 a 2, em pleno Beira-Rio, e o Mirassol não perder para o Athletico-PR, o Colorado estará na Série B.

De acordo com a projeção do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais, o Internacional chegou a 94,7% de probabilidade de rebaixamento. Essa situação foi resultado da derrota vexatória para o Vitória por 5 a 2 em casa, na última segunda-feira.

NÚMERO

38

De acordo com a projeção do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais, **o Internacional chegou a 94,7% de probabilidade de rebaixamento**

Agora, se conseguir o resultado positivo em casa e contar com tropeços de dois concorrentes, o Inter sai da zona do rebaixamento já nesta rodada e vai para a última rodada contra o Cruzeiro, na quarta-feira (02), só dependendo de si. Os principais rivais nessa luta contra o rebaixamento são Grêmio e Mirassol, ambos com 41 pontos. O Grêmio é o 16º colocado e tem um confronto direto com o Corinthians, às 18h30, na Neo Química Arena. E o Mirassol recebe o Athletico-PR, no mesmo horário, no Maião. Com essa combinação de resultados, o Internacional igualaria o rival gaúcho e o adversário paulista no número de pontos e também no número de vitórias. Mas ficaria com melhor saldo de gols. E a definição do rebaixamento iria para a última rodada.

Para o colorado que ainda acredita na permanência na elite, a esperança pode ser alimentada com o que ocorreu com o clube no Brasileirão do ano passado, quando evitou o rebaixamento na última rodada. Foi uma vitória por 3 a 1 justamente sobre o Bragantino no Beira-Rio. Na ocasião, o Internacional havia entrado em campo virtualmente rebaixado e não dependia só de si para evitar a queda. Antes desse jogo tinha uma sequência de três jogos sem vencer. E tinha sofrido duas duras derrotas: 5 a 1 para o Vasco e 3 a 0 para o São Paulo, ambas fora de casa.

Mas os resultados da rodada ajudaram, o Inter fez a parte dele contra o Massa Bruta e se manteve na elite.

Escalação

A suspensão de Alerrandro obrigará o Internacional a mexer em um dos poucos setores que tinha dono. Para o confronto com o Bragantino, Eduardo Baptista precisa encontrar uma nova formação para o ataque em um jogo que será determinante na luta contra o rebaixamento.
O atacante é uma das afirmações do Inter de Baptista, mas foi punido com o terceiro cartão amarelo na derrota de 5 a 2 para o Vitória. Sem ele, as principais alternativas passam pelo jovem João Bezerra, centroavante de origem, ou Carbonero, mas com uma mudança tática.

Timão e Grêmio fazem confronto direto contra a degola na Arena

Os dois times estão com 41 pontos, mas fora do Z-4. O derrotado pode fechar a rodada na zona da degola

Gazeta Esportiva
São Paulo


Timão e Tricolor Gaúcho jogam neste domingo Agência Corinthians

• A penúltima rodada do Campeonato Brasileiro tem outro jogo cheio de drama. Um confronto direto entre Corinthians e Grêmio, que jogam às 18h30, na Neo Química Arena, em São Paulo. Na tabela, ambos têm 41 pontos, mesma pontuação do Mirassol, o primeiro dentro da zona do rebaixamento. Mas ambos têm melhor saldo de gols e, por isso, estão fora do Z-4. O Timão é o 15º colocado e o Grêmio aparece na 16ª colocação.

Mandante

O Corinthians tem a possibilidade de encerrar o drama da luta contra o rebaixamento no Campeonato Brasileiro neste domingo. Para garantir a permanência na elite do futebol nacional com uma rodada de antecedência, o Timão precisa vencer o Grêmio, na Neo Química Arena, e contar com uma combinação de resultados. Com o empate em 1 a 1 com o Atlético-MG, na última quarta-feira, em Belo Horizonte, a equipe comandada por Clarence Seedorf deixou a zona de rebaixamento.

Além de fazer sua parte diante do Grêmio, o Corinthians terá de torcer por tropeços de Internacional e Mirassol, que também atuam como mandantes na penúltima rodada do Brasileirão. Caso essa combinação se concretize, o Timão chegará aos 44 pontos e não poderá terminar o campeonato abaixo da 16ª colocação. Isso porque Grêmio e Mirassol se enfrentam na última rodada, em Porto Alegre, o que impede que ambos ultrapassem a equipe alvinegra.

Independentemente dos resultados dos concorrentes, o Corinthians depende apenas de si para permanecer na Série A. A conquista de quatro dos seis pontos ainda em disputa será suficiente para livrar o clube do rebaixamento. Em caso de vitória sobre o Grêmio, portanto, o Timão precisará, no máximo, de um empate diante do já rebaixado Remo, na última rodada, para assegurar sua permanência.

NÚMERO

41

Corinthians e Grêmio fazem um **confronto direto na tabela**
Ambos têm 41 pontos

Invicto há quatro partidas, o Corinthians também viu suas chances de disputar a Série B em 2027 diminuírem. De acordo com o Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a probabilidade de queda do Alvinegro passou de 31,6% para 24,9% após o empate com o Atlético-MG.

Grêmio

O Timão terá pela frente um adversário que está disposto a eliminar o risco de queda. O Grêmio se encontrava numa situação dramática antes da rodada passada, afundado na zona da degola. Mas a grande vitória sobre o Santos por 2 a 0, em São Paulo, mudou o cenário. O Grêmio também pode se livrar neste domingo. Para isso, precisa vencer o Corinthians, torce para o Inter não vencer o Bragantino e torcer para o Mirassol perder para o Athletico-PR.

Peixe

Derrotado pelo Grêmio esta semana, o Santos se distanciou um pouco da busca por vaga na próxima Libertadores. Agora, busca a recuperação diante do Vitória, às 16 horas, no Barradão. Na tabela, o Peixe é nono com 50 pontos. E o Vitória vem de uma goleada de 5 a 2 sobre o Internacional, resultado que confirmou a permanência da equipe na primeira divisão.

Copa Truck estreia em Brasília neste domingo

Das agências
Brasília



A Copa Truck fecha o calendário em Brasília Duda Bairros

• A Copa Truck irá escrever mais um capítulo de sua história. Neste domingo (29), a categoria fará sua estreia no Autódromo Internacional de Brasília, palco da última etapa da temporada 2026. A chegada à capital federal encerra uma espera que acompanha a competição desde sua criação, em 2017, e permite à Copa Truck completar sua passagem pelos grandes circuitos tradicionais do automobilismo brasileiro, juntando Brasília a pistas consagradas como Interlagos, Goiânia e Cascavel.

O encontro poderia ter acontecido antes, mas a história do autódromo brasiliense impôs um longo intervalo. Fechado desde 2014 para reformas, o circuito permaneceu mais de uma década sem receber competições, até sua reabertura em novembro de 2025. A Copa Truck chegou a trabalhar com a possibilidade de correr na capital federal naquele ano, mas o andamento das obras impediu a realização da etapa. Agora, com a pista novamente em atividade, a categoria finalmente poderá acelerar em um dos cenários mais emblemáticos do esporte a motor nacional.

Inaugurado em 3 de fevereiro de 1974, o Autódromo de Brasília nasceu em grande estilo, recebendo uma corrida extracampeonato de Fórmula 1, vencida por Emerson Fittipaldi, que naquele mesmo ano conquistaria seu segundo título mundial. A prova reuniu grandes nomes do automobilismo internacional e marcou o início de uma trajetória que transformaria o circuito em palco de importantes competições. Ao longo das décadas, Brasília recebeu categorias como Stock Car, F3 Sul-Americana, F-Renault, Copa Clio, provas de Gran Turismo e o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, consolidando sua posição entre os autódromos mais importantes do país.

Além do significado histórico da estreia, Brasília será o cenário da festa de Leandro Totti, que chega à capital federal com o título da Super Truck Pro conquistado antecipadamente. O piloto da Iveco poderá celebrar a conquista na cerimônia encerramento de uma temporada de grande desempenho, enquanto a Super Truck Elite terá sua definição somente na última etapa. Nic Giaffone é o grande favorito, com 221 pontos após os descartes, contra 186 de Ricardo Alvarez e 184 de Maurício Arias.


Karim Jaafar

FÓRMULA 1

F1 encara sua reta final no Golfo sem receios

• Poucos dias após um espetacular Grande Prêmio de Las Vegas, o paddock da Fórmula 1 desembarcou no Golfo, sem receios aparentes quanto à segurança, para as duas últimas etapas da temporada: Catar, neste fim de semana, e Abu Dhabi, no próximo. A tensa situação política e de conflito no Oriente Médio tem impactado a realização de eventos esportivos nessa região do planeta desde fevereiro. Naquele mês, os Estados Unidos e Israel iniciaram uma ofensiva contra o Irã, que respondeu com ataques a vários países da região. Até mesmo a realização desses Grandes Prêmios no Catar e nos Emirados Árabes Unidos parecia bastante incerta há algumas semanas. Contudo, a evolução do cenário foi considerada positiva pelos organizadores, que esperam dois fins de semana marcados apenas por surpresas de natureza esportiva. Durante as atividades com a imprensa nesta quinta-feira, os pilotos deixaram de lado as questões geopolíticas e se concentraram exclusivamente no que ainda está em jogo nesta temporada, na qual Kimi Antonelli e a Mercedes já se sagraram campeões. Nos comentários de quase todos, ainda repercutia o roteiro inesperado do Grande Prêmio de Las Vegas, marcado por uma sucessão de ultrapassagens e trocas na liderança. O Grande Prêmio do Catar se apresenta, de antemão, muito mais clássico do que o da cidade americana. Os carros serão obrigados a passar duas vezes pelos boxes por motivos de segurança, em um circuito que, nos últimos anos, tem se caracterizado por desgastar intensamente os pneus. O holandês Max Verstappen (Red Bull), que conquistou uma vitória magistral em Las Vegas, após uma exibição de inteligência durante a prova, pode garantir, neste fim de semana, o vice-campeonato mundial, antes mesmo da última etapa, em Abu Dhabi. Ele chega ao Catar com 37 pontos de vantagem sobre o britânico Lewis Hamilton (Ferrari), embora 'Mad Max' não esconda que terminar em segundo lugar no Mundial não é algo que o entusiasme particularmente.


Getty Images

BRASILEIRÃO

Campeão Flamengo visita o Coxa hoje

• O Flamengo ainda não teve a oportunidade de comemorar o título do Campeonato Brasileiro ao lado de seu torcedor. Isso porque o Rubro-Negro já fez a festa de campeão no último fim de semana ao empatar com o Palmeiras em 1 a 1, em São Paulo, pela antepenúltima rodada. E, neste domingo (29), o Flamengo volta a atuar como visitante. Encara o Coritiba, às 16 horas, no Couto Pereira, em Curitiba. O contato direto do campeão antecipado com o torcedor será somente na última rodada, quando o Flamengo fecha a campanha no Brasileirão contra a lanterna Chapecoense, no Maracanã, na próxima quarta-feira (02). Mas o Rubro-Negro tem alguns índices importantes que defende nestes dois jogos. Campeão antecipado com 80 pontos, o time de Leonardo Jardim é dono do melhor ataque com 74 gols e visa ampliar essa marca. É o time com o maior número de vitórias no campeonato. O Flamengo venceu 24 dos 36 jogos que fez. E também é o time que menos perdeu. Sofreu apenas quatro derrotas. Se não perder para o Coritiba hoje já conquista essa marca. O Palmeiras sofreu cinco derrotas e só tem mais um jogo para fazer. E o Flamengo também quer ter o artilheiro do campeonato. Pedro marcou vinte gols no Brasileirão, um a menos que Viveros, atacante do Athletico-PR, que tem 21 gols. Leonardo Jardim celebrou a conquista do clube e falou sobre seu futuro à frente da equipe carioca. "Acabamos o campeonato em termos de resultado de título, não acabamos em termos de jogos, ainda temos dois jogos pela frente. No futebol nunca se sabe o futuro, com certeza depois de sermos campeões vamos sentar à mesa, isso é uma coisa normal, e eu, pessoalmente, depois do trabalho no Monaco, que eu tive 10 anos de contrato, eu nunca mais assinei por dois anos. Eu assinei sempre por um ano, com a opção de ficar por um segundo, em todos os clubes", declarou. Já o Coritiba se safou do risco de rebaixamento. Teve um grande resultado na rodada passada e derrotou o Bahia por 1 a 0. Agora, nestes dois jogos que restam tenta consumar uma vaga na próxima Copa Sul-Americana. O Alviverde tem 45 pontos e, depois do duelo contra o Rubro-Negro, encara o vice-campeão Palmeiras em São Paulo.

Publicidade Legal

GARCIA AUTO CENTER
MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS
99912-9515 99831-5310
45 3224-0062
RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO
instagram: @garciaautocenter_
VISA MasterCard

A VIDRAÇARIA VIDROLUZ
Vidros
Espelhos, Molduras
Decorações em Geral
Vidros Temperados
Box para Banheiro
Jato de Areia
Persianas
Insulfilm's
Vidros e Espelhos Bisotados
Atacado e Varejo
Fone/Fax
3226-2126
R. Antônio José Elias, 616 - Adimação
vidracaria@vidroluz.com.br

TUDO PARA TRAZER A INFORMAÇÃO + PERTO DE VOCÊ
A GAZETA DO PARANÁ RENOVOU TUDO.
Seu grande jornal está mais organizado e interativo, com um visual mais atraente e moderno. Novo design, novas editorias, infografias, novo conteúdo. Tudo para trazer o jornal mais perto de você, e você mais perto da informação.
GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.
GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

(45) 2101-7022
(45) 98408-4148
CASCAVEL
Ação SOLIDÁRIA
Nosso propósito é cuidar de vidas!
Adquira seu cupom.
Trator John Deere 5060E cabinado
Sorteio pela Extração da Loteria Federal de 30/01/27
Apoio: M.A. Máquinas | John Deere
Realização: Hospital do Câncer UOPECCAN
DOAÇÃO: R$2.000,00
com 25 chances de ganhar!

/uopeccan
www.uopeccan.org.br
HOSPITAL DO CÂNCER UOPECCAN
Juntos podemos salvar mais vidas!
Doação de R$300,00
com 4x chance de ganhar!
Sorteio 12/12/2026 pela extração da Loteria Federal
Bicicleta 0km
Impressora 3D ST G4
Fusca 1300 ano 1976
TLMK Umuarama
(44) 2031-0743
(44) 99116-7662
TLMK Cascavel
(45) 2101-7022
(45) 98408-4148

DOAÇÃO: R$2.000,00
com 25 chances de ganhar!
Ação SOLIDÁRIA
Apoio: M.A. Máquinas | John Deere
Realização: Hospital do Câncer UOPECCAN
Sorteio pela Extração da Loteria Federal de 30/01/27
Nosso propósito é cuidar de vidas!
Adquira seu cupom e concorra a um Trator 5060E
Trator John Deere 5060E cabinado
(45) 2101-7022
(45) 98408-4148
CASCAVEL

LEIA TAMBÉM NA INTERNET
GazetadoParaná
gazetadoparana.com.br
Publicidade Legal

Aquarela do Brasil
RESIDENCIAL
- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;
(45) 2101-7900
(45) 99136-6312
NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliario

HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
O domingo será animado, com muita alegria e criatividade. Um encontro romântico ou um programa divertido com os filhos deixará o dia especial. Se estiver só, as chances de se apaixonar serão grandes. Na vida a dois, gestos generosos fortalecerão o vínculo. Entre amigos, evite disputas de ego. À noite, planeje uma viagem. Clima quente e harmonia no amor!

Touro (21/04 a 20/05)
Casa cheia, almoço em família e pessoas queridas por perto criarão um clima acolhedor neste domingo que trará prazer, conforto e boas notícias. Será bom momento para dar um toque de arte na decoração ou planejar uma reforma. Cuidados de beleza e de saúde também serão favorecidos e jogarão a autoestima para cima. Poderá surgir um negócio imobiliário.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Passeios, encontros agradáveis e conversas animadas darão o tom do dia. O amor ganhará leveza, com bom humor e clima divertido. Surpresas gostosas mudarão a programação e darão vontade de conhecer um lugar novo ou experimentar um visual diferente. Irmãos ou amigos próximos trarão notícias animadoras. Circule e fique por dentro das novidades!

Câncer (21/06 a 22/07)
Negociações e compras movimentarão este domingo. Uma oportunidade de aumentar seus rendimentos poderá surgir de um contato inesperado. Invista no conforto da casa, um objeto de decoração ou uma pequena melhoria dará mais aconchego e beleza ao ambiente. Troque confidências com o par ou com a família e some forças para realizar novos planos.

Leão (23/07 a 22/08)
Brilho, carisma e autoconfiança marcarão sua presença por onde passar. Aproveite o domingo para se divertir, circular e curtir as coisas boas da vida com quem você ama. Mensagens e passeios trarão surpresas gostosas. Com o par, emoções amplificadas pedirão equilíbrio, compartilhe decisões e ouça o que o outro deseja. Poder de atração e empatia em alta!

Virgem (23/08 a 22/09)
Desacelere e reserve tempo para descansar, meditar e se fortalecer interiormente. Canalize a energia de Marte em seu signo em uma atividade física ou em um passeio ao ar livre, sem exigir demais do corpo. Nas finanças, uma boa notícia ou negociação vantajosa trará alívio e mais segurança. Sonhos e intuições inspirarão novos planos para o futuro.

Libra (23/09 a 22/10)
Charme, elegância, simpatia e popularidade não faltarão neste domingo. Amigos e grupos trarão convites atraentes e programas animados. Novas amizades abrirão portas, aposte em maior abertura social e expanda sua rede. Será um ótimo dia para renovar o visual e circular. Se estiver só, prepare o coração, você poderá se apaixonar e estabilizar a vida íntima.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Mesmo no fim de semana, o trabalho ocupará sua cabeça, uma proposta profissional ou boa notícia poderá surpreender. Contatos influentes aumentarão seu prestígio e visibilidade. Uma ajuda inesperada fará diferença. Decisões familiares pedirão abertura ao diálogo, escute os envolvidos antes de definir os próximos passos. Viagem à vista!

Sagitário (22/11 a 21/12)
O domingo trará alegria e vontade de alargar os horizontes. Um passeio para fora da cidade, viagem curta ou evento cultural animará o clima ainda mais. Amigos darão boas notícias, novidades de longe e convites ampliarão suas perspectivas. Aproveite esta noite para se divertir, descontrair e enriquecer seu repertório com conversas estimulantes.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Momentos deliciosos de privacidade, acordos financeiros e boas surpresas no amor colorirão este domingo. Uma partilha ou negociação a dois poderá trazer ganhos e mais segurança nos planos. Um contato profissional influente poderá resultar em parceria ou numa nova aliança. Evite gastos impulsivos, prefira curtir os pequenos prazeres que cabem no orçamento.

Aquário (21/01 a 19/02)
Os relacionamentos estarão em foco neste domingo, que trará encontros especiais, muito carinho e acordos generosos. Emoções fortes virão à tona, embarque em um clima romântico e curta momentos deliciosos na vida íntima. Uma viagem a dois ou um programa cultural renovará a relação. Se estiver só, alguém especial poderá surpreender, dê chances ao acaso!

Peixes (20/02 a 20/03)
Produtividade e prazer andarão juntos neste domingo, ótimo para colocar a casa em ordem, cuidar da saúde, retomar uma atividade física e trocar confidências com o par. Fique de olho também em uma oportunidade de trabalho extra. Dê atenção aos sonhos, à intuição, movimente o corpo e invista no seu bem-estar. Sucesso e estabilidade financeira pela frente!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

29 Dom — 19° 27° — 1.4mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 27°	19° 30°	1.4mm 88% de chance	70% 95%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 11km/h	↙ NE - 36km/h	05:35h às 19:07h	Cheia

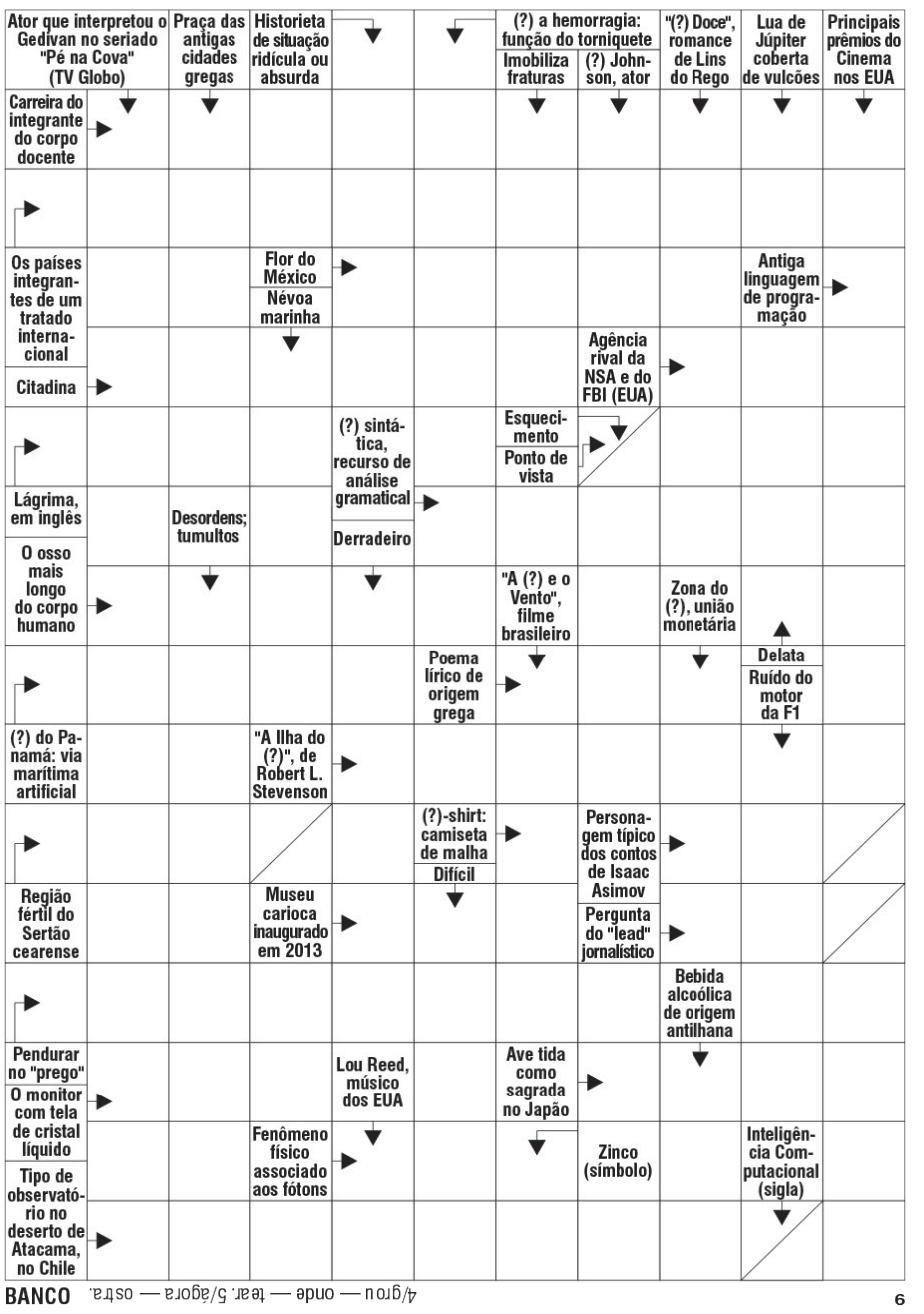
30 Seg — 20° 28° — 2.6mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 28°	21° 30°	2.6mm 88% de chance	75% 95%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 11km/h	↙ NE - 40km/h	05:35h às 19:08h	Cheia

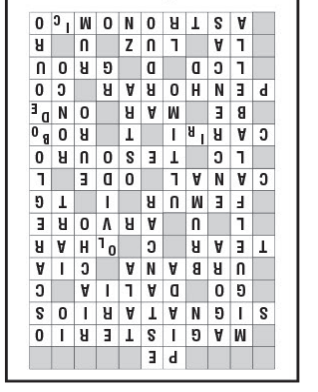
CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 4/grou — onde — ter. 5/ágora — ostra. 6

Solução





EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ



Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

Patrimônio sem dono

• Uma obra de arte produzida em 1650, cuja localização é objeto de questionamentos, ajuda a dimensionar um problema que ultrapassa os limites do Palácio Iguaçu: a responsabilidade do poder público pela preservação do patrimônio que pertence à sociedade. Os questionamentos sobre o paradeiro de uma tapeçaria do século XVII e de outras obras que integram o acervo estadual expõem a necessidade de maior transparência na administração de bens que carregam valores históricos, culturais e econômicos.

O patrimônio público não pertence aos governantes. Aqueles que ocupam temporariamente os espaços de poder são responsáveis pela guarda, conservação e adequada destinação dos bens que lhes são confiados. Essa responsabilidade não termina com o encerramento de um mandato, tampouco pode ser relativizada diante de mudanças administrativas, reformas ou transferências entre repartições.

É preocupante que seja necessário recorrer a requerimentos parlamentares para obter informações que deveriam estar permanentemente disponíveis à população. A localização de uma obra de arte pertencente ao Estado, suas condições de conservação e os registros de eventuais movimentações deveriam integrar um sistema acessível e atualizado de controle patrimonial. Não se trata de uma concessão dos governantes, mas de uma obrigação inerente à administração pública.

A discussão também exige compreender que o valor de determinados bens não pode ser reduzido à sua expressão monetária. Uma tapeçaria produzida há quase quatro séculos atravessou gerações, transformações políticas e diferentes contextos históricos. Sua preservação representa um compromisso não apenas com aqueles que vivem no presente, mas também com as gerações que ainda terão o direito de conhecer esse patrimônio.

O problema não se restringe às obras de arte. Documentos históricos, mobiliários, edificações, fotografias e outros elementos da memória coletiva precisam receber tratamento compatível com sua importância. Quando não existem mecanismos eficientes de inventário, fiscalização e publicidade, amplia-se o risco de deterioração, extravio e destinação inadequada desses bens.

A modernização administrativa, frequentemente apresentada como prioridade pelos gestores públicos, deveria alcançar também essa dimensão. Em uma época marcada pela digitalização dos serviços governamentais, é perfeitamente razoável exigir inventários eletrônicos, registros fotográficos, identificação dos responsáveis pela guarda dos bens e informações atualizadas sobre sua localização. A tecnologia pode contribuir para que o controle patrimonial deixe de depender exclusivamente de procedimentos internos pouco acessíveis à sociedade.

É importante distinguir a ausência de informações da comprovação de desaparecimento ou irregularidade. Questionar o paradeiro de uma obra não significa afirmar que ela tenha sido extraviada. Entretanto, cabe à administração pública apresentar informações suficientes para afastar dúvidas, esclarecer procedimentos e demonstrar que o patrimônio está devidamente protegido.

A transparência é, nesse sentido, uma forma de preservação. Quanto maior o conhecimento público sobre os bens que integram o acervo estadual, maiores são as possibilidades de fiscalização e de continuidade das políticas de conservação, independentemente de quem esteja no exercício do poder.

Governos passam, mandatos terminam e autoridades deixam seus gabinetes. O patrimônio público, entretanto, deve permanecer. Preservá-lo é reconhecer que a história de uma sociedade não pode ficar subordinada às conveniências administrativas daqueles que, por um período determinado, foram escolhidos para governá-la.

Por que a COP31 foi um fracasso?

Leonardo
ALVES CORRÊA

**Professor de Direito Ambiental e Minerário da Faculdade de Direito da UMFG*

A COP31, realizada em Antalya, na Turquia, expôs uma divergência fundamental sobre o futuro dos combustíveis fósseis. De um lado, países que defendem a substituição acelerada do petróleo, do carvão e do gás natural por fontes de baixo carbono. De outro, aqueles que sustentam uma transição mais gradual, apoiada em tecnologias capazes de reduzir as emissões sem exigir o abandono imediato dessas fontes de energia. A dificuldade de conciliar essas posições revela um dos principais obstáculos à cooperação climática internacional.

A primeira posição parte da necessidade de reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis. Seus defensores propõem ampliar as energias renováveis, acelerar a eletrificação dos transportes e da indústria e estabelecer compromissos mais drásticos para a redução do consumo de petróleo, carvão e gás. O argumento central é que a expansão das energias alternativas permite diminuir diretamente as emissões, evitando que a transição dependa excessivamente de tecnologias cuja aplicação em larga escala ainda enfrenta limitações técnicas e econômicas.

A segunda posição defende uma transição mais gradual, na qual os combustíveis fósseis continuariam desempenhando papel relevante por mais tempo. Seus defensores apostam em uma combinação de soluções tecnológicas e instrumentos econômicos para reduzir ou compensar as emissões, incluindo a captura e o armazenamento de carbono, o controle das emissões de metano e os mecanismos de mercado de carbono. Essa estratégia permitiria maior flexibilidade na descarbonização, preservando parte das atividades e infraestruturas existentes. A controvérsia está na capacidade de dessas soluções de produzir reduções efetivas de emissões e no risco de que sejam utilizadas para prolongar a dependência do petróleo e do gás natural.

A questão climática, entretanto, não pode ser analisada apenas sob uma perspectiva idealista, como se os Estados compartilhassem os mesmos interesses e estivessem dispostos a sacrificar suas vantagens econômicas em nome de um objetivo comum. As negociações internacionais ocorrem em um ambiente de competição por poder, segurança e riqueza. A transição energética pode alterar profundamente a posição dos países na economia mundial. Grandes produtores de petróleo e gás têm interesses na preservação do valor de suas reservas e infraestruturas, enquanto países que dominam tecnologias de eletrificação, baterias e outras cadeias industriais de baixo carbono podem ampliar sua influência. Nesse contexto, até mesmo as tecnologias de captura de carbono adquirem uma dimensão geopolítica, pois podem contribuir para prolongar o valor econômico e estratégico dos combustíveis fósseis.

O Brasil representa bem as contradições desse processo. Ao mesmo tempo em que defende a elaboração de um mapa do caminho para a redução da dependência dos combustíveis fósseis, mantém a exploração de petróleo como prioridade econômica e estratégica. O país reúne condições favoráveis à expansão das energias renováveis e de novas atividades industriais de baixo carbono, mas também pretende aproveitar suas reservas petrolíferas. A posição brasileira reflete a tentativa de preservar vantagens econômicas existentes enquanto busca participar das oportunidades abertas pela transição. A questão é saber até que ponto a continuidade dos investimentos em petróleo será compatível com os compromissos climáticos defendidos pelo próprio país.

Em um contexto de crise do multilateralismo, o fracasso da COP31 evidencia a dificuldade de estabelecer um caminho comum para países com recursos e interesses tão diferentes. É fato que a ciência climática aponta a necessidade de reduzir substancialmente as emissões globais. Todavia, as decisões sobre como e em que velocidade realizar essa transição continuam condicionadas aos interesses nacionais. Afinal, os países negociam compromissos climáticos enquanto disputam mercados, investimentos e posições de poder na economia mundial. Reconhecer essa realidade ajuda a compreender por que avançar nas negociações sobre o futuro dos combustíveis fósseis continua sendo tão difícil.

Duas portas para o mesmo grão

Bruna
BRITES

**Sócia do escritório Andrade Maia Advogados*

Cerealistas e cooperativas agropecuárias fazem, em boa parte, a mesma atividade: recebem o grão do produtor, secam, armazenam e vendem para a indústria, para tradings ou para exportação. São duas portas para a mesma soja e o mesmo milho, por exemplo. Para o produtor, escolher o destino de seus produtos sempre foi uma decisão comercial. Com a edição da LC 214/25, essa escolha também passou a ser tributária.

Hoje, com ICMS diferido e PIS e Cofins suspensos, a cerealista compra e vende grão sem adiantar tributo relevante. Com a reforma esse arranjo acaba. O grão in natura passa a ser tributado com redução de 60%. Com a CBS calculada pelo TCU em 11,3%, ainda pendente de resolução do Senado, e o IBS estimado em 18,7% em Resolução do Comitê Gestor, a carga efetiva fica perto de 12%, num negócio que opera com margens estreitas.

A diferença está na porta de entrada. Pela LC 214/25, a cooperativa recebe o grão do associado com alíquota zero de IBS e CBS. Já a cerealista, ao comprar do mesmo produtor, paga o preço e mais o tributo. Imagine uma carga de soja de R$ 1.000. Na cooperativa, ela entra por R$ 1.000. Na cerealista, saem do caixa R$ 1.120: R$ 1.000 pelo grão e R$ 120 de tributo. Esses R$ 120 não se perdem. Viram um crédito, uma espécie de vale que a cerealista só poderá descontar do imposto devido quando revender o grão. Até lá, é dinheiro dela parado, financiando o Fisco. Em nenhum dos casos o produtor desembolsa tributo na entrega. O que muda é quem financia o tributo entre a compra e a revenda.

Na reforma tributária, o IBS e a CBS deveriam ser neutros, já que essa neutralidade é uma das premissas constitucionais amplamente divulgada no desenho desses novos tributos. Na prática, não é. A cerealista compra os grãos de forma concentrada no momento da safra e vende ao longo de meses, com o tributo pago na compra parado no balanço. Na exportação, não há débito para absorver o crédito, que se acumula à espera de ressarcimento, em prazo que pode chegar a 180 dias. Se houver fiscalização, esse prazo é suspenso e a fiscalização pode durar até 360 dias, de modo que o ressarcimento pode levar cerca de um ano e meio. Nas compras a fixar, comuns no setor, o preço não existe na entrega, e a base de cálculo passa a ser o valor de mercado, o que expõe a cerealista a tributar, pela cotação do dia, um preço que pode não se realizar.

Esse custo financeiro entra na conta do preço que a cerealista consegue pagar ao produtor, e deve impactar o mercado. Como consequência, teremos uma tendência de migração de grandes produtores rurais para as cooperativas, justamente os que dão escala às cerealistas. Com o caixa preso em crédito, a cerealista também perde a capacidade de financiar a safra. O desfecho previsível é a concentração da origem e menos opções de venda para o produtor rural.

Importante lembrar que a Constituição Federal autoriza o regime específico das cooperativas, desde que "observados os princípios da livre concorrência e da isonomia tributária" (art. 156-A, § 6º, III), e, pautada pelo princípio da neutralidade, a própria LC 214/25 exige que o IBS e a CBS evitem distorcer a organização da atividade econômica. O adequado tratamento do ato cooperativo é legítimo e não está em discussão, mas não pode se converter em reserva de mercado num setor em que cooperativas e cerealistas disputam o mesmo produtor.

A correção está ao alcance da lei, que já prevê o diferimento para cereais destinados à alimentação animal. É esse o caminho do PLP 300/26, apresentado em 11 de novembro pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS). O texto acrescenta dispositivos ao art. 138 da LC 214/25 para permitir que o fornecedor opte pelo diferimento do IBS e da CBS nas vendas de produtos agropecuários in natura a contribuintes do regime regular. Não se trata aqui de pleitear uma isenção: no diferimento, o tributo é integralmente recolhido na revenda, a arrecadação é preservada e o recolhimento se concentra em menos contribuintes, o que facilita a fiscalização.

A Acebra - Associação das Empresas Cerealistas do Brasil, acompanhada de outras entidades setoriais, vem articulando a aprovação do PLP 300/26 até o final deste ano. O momento para a análise e acolhimento do pleito é agora: a CBS passa a ser cobrada integralmente em janeiro de 2027, e cada safra negociada sob a regra atual desloca produtores e operações de forma difícil de reverter. Defender as cerealistas não é atacar o cooperativismo. É garantir que os dois modelos concorram em igualdade de condições, conforme estabelece a Constituição, e que os produtores rurais tenham acesso a todo o mercado comprador sem, necessariamente, ter de aderir ao modelo cooperativista.

Política & CIA

Emendas suspensas

O MINISTRO Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da tramitação de emendas parlamentares indicadas pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A decisão foi divulgada na sexta-feira (27) e acompanhada de um pedido de esclarecimentos ao Senado sobre o exercício das atividades parlamentares durante a permanência do senador nos Estados Unidos. A medida abre uma nova frente de discussão sobre os limites do exercício do mandato parlamentar fora do território nacional, especialmente no que diz respeito à destinação de recursos públicos por meio do orçamento federal.

Direita fragmentada

Passado um mês da eleição presidencial, a direita brasileira enfrenta dificuldades para reorganizar suas lideranças. A permanência de Flávio Bolsonaro nos Estados Unidos dificulta a articulação entre as diferentes correntes do PL, enquanto nomes como Rogério Marinho, Tereza Cristina e Nikolas Ferreira ganham espaço nas discussões sobre os rumos da oposição. A disputa pelo comando do Congresso Nacional em fevereiro será um dos primeiros testes da capacidade de articulação desse grupo político diante do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Aceno ao mercado

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), manifestou apoio à escolha de Luiz Carlos Trabuco para o Ministério da Fazenda. Na sexta-feira (27), o parlamentar colocou-se à disposição para construir uma agenda econômica com o futuro ministro. A manifestação ocorre em um momento no qual a capacidade de negociação do governo federal com o Congresso será determinante para a aprovação de medidas fiscais e para a definição das prioridades orçamentárias do próximo mandato presidencial.

Reforma tributária

Confederações empresariais recorreram ao Supremo Tribunal Federal para solicitar o adiamento de uma nova etapa da implementação da reforma tributária. As entidades alegam a existência de pendências na regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O questionamento acrescenta um componente de insegurança ao calendário de transição tributária, especialmente para empresas que precisam adaptar sistemas, procedimentos contábeis e estruturas administrativas às novas exigências legais.

Maioridade penal

A comissão especial da Câmara dos Deputados responsável pela discussão sobre a redução da maioridade penal poderá votar seu parecer na próxima terça-feira (1º). A proposta divide especialistas e parlamentares, colocando novamente em discussão a relação entre responsabilização criminal, políticas socioeducativas e segurança pública. O avanço da matéria deverá mobilizar as bancadas conservadoras e os grupos parlamentares ligados à defesa dos direitos da infância e da adolescência nesta reta final da legislatura.

Manipulação eleitoral

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara aprovou proposta que estabelece punições relacionadas à divulgação de deepfakes durante campanhas eleitorais. A iniciativa busca responder ao avanço das ferramentas de inteligência artificial capazes de produzir conteúdos falsos com aparência de autenticidade. A discussão ganha relevância diante da necessidade de estabelecer mecanismos de responsabilização sem comprometer a liberdade de expressão e o debate político legítimo.

Prevenção climática

Em meio aos prejuízos provocados pelos recentes temporais no Paraná, avançou na Câmara dos Deputados uma proposta que obriga concessionárias de energia elétrica a fornecer orientações sobre os riscos associados a eventos climáticos extremos. A matéria foi aprovada em comissão na quinta-feira (26). A iniciativa coloca em discussão a responsabilidade das empresas prestadoras de serviços públicos na prevenção de acidentes e na comunicação com a população em situações de emergência.

Conectividade rural

A Câmara dos Deputados também avançou na discussão de uma proposta destinada a estimular a expansão da telefonia móvel nas áreas rurais. A iniciativa interessa diretamente ao Paraná, onde a conectividade representa um instrumento cada vez mais importante para a produção agrícola, o monitoramento climático, o acesso aos serviços públicos e a adoção de novas tecnologias. A expansão da cobertura permanece um desafio especialmente para pequenos produtores e comunidades distantes dos centros urbanos.

Merenda escolar

Uma comissão da Câmara aprovou proposta que permite às associações rurais contestar dispensas de aquisição de alimentos destinados à merenda escolar. A medida busca ampliar os mecanismos de participação dos agricultores nos procedimentos de compras públicas. No Paraná, onde a agricultura familiar possui forte presença na economia dos municípios, a discussão interessa tanto às organizações de produtores quanto às administrações responsáveis pela alimentação dos estudantes da rede pública.

Cobrança por mudanças

Levantamento do instituto Nexus divulgado neste sábado aponta que 60% dos brasileiros defendem algum grau de mudança nas políticas e nos projetos do governo Lula. Outros 38% esperam resultados nos primeiros três meses do novo mandato. Saúde e segurança pública aparecem entre as principais preocupações dos entrevistados. Os números indicam que a vitória eleitoral não representa necessariamente uma aprovação irrestrita da continuidade das políticas adotadas pelo atual governo.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





VANDERLEI COSTA e MARLI BANDIERA casaram a filha Bruna Maria da Costa com Anderson de Carvalho. A cerimônia religiosa e a festa foram realizadas no dia 14 de novembro, na Vila Sonali, praia Estaleirinho em Balneário Camboriú (SC). Gente elegante e bonita desfilando, ajudaram a compor o cenário, já bonito por natureza! *Arquivo pessoal*



PAMELA POSSER, bonita desde criancinha! *Arquivo pessoal*

•Bom dia!
Gosto do frescor das manhãs. Absorvo o ar de alegria e o cheirinho bom de paz que chega com o vento... Memorizo o que me faz bem e acolho somente o que me traz esperança. Que delícia é essa essência linda da vida! *(Eliane Gonçalves)*

•Já fez sua oração hoje?
Hoje Senhor, agradeço pelo dia maravilhoso. Pelo alimento, por mais um dia de trabalho, principalmente, por mais um dia de vida. Abençoa Senhor, meus amigos e inimigos porque eles precisam de ti. Abençoa Senhor, a pessoa que acabou de orar comigo, realize os sonhos dela, lhe dando vitórias que lhe são necessárias, em nome do Senhor Jesus. **Amém**!



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Cine coliseu marcou época

NASCIDO OFICIALMENTE em 1956, o Cine-Teatro Coliseu foi, durante vários anos, a principal - se não a única - opção de entretenimento dos cascavelenses. Construído em um prédio com capacidade para 500 pessoas (que representava cerca de metade da população da cidade na época), o local vivia cheio, principalmente aos fins de semana.

Em 1968, o Coliseu mudou de nome, passando a se chamar Cine Delfim, e passou por uma grande ampliação, devido ao próprio crescimento da cidade.

Dotado de uma arquitetura considerada moderna para a época, o primeiro cinema de Cascavel seguiu até 1996, período em que outras salas de cinema pelo Brasil também estavam fechando, em função da crise econômica e da popularização de novas tecnologias.

O último filme exibido no local foi "A Rocha", estrelado por Nicolas Cage e Sean Connery. O prédio ficou alguns anos desativado, até ser alugado para servir de sede da Igreja Universal, que mudou-se dali em 2018. Em fevereiro de 2019, o prédio foi demolido.



Acervo Xico Tebaldi/Paraná Histórica

Toledo em 1950

Do acervo de Iba Mendes, o registro mostra a avenida Maripá, em Toledo, em algum momento do ano de 1950.

Na historiografia do Paraná, Toledo é um dos municípios com registro de colonização mais recente, datado de 1946. Na ocasião, a região ainda pertencia, politicamente, a Foz do Iguaçu quando começou a receber colonos vindos do Rio Grande do Sul.

O start da emancipação de Toledo ocorreu quando a partir da aquisição das terras da Fazenda Britânia pela "Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ", justamente com o objetivo de explorar a região junto aos gaúchos. Toledo foi oficialmente emancipada em 1951, a partir da lei estadual Nº 790.



IBGE / Prefeitura de Toledo / Acervo de Iba Mendes / Paraná Histórica

Mercado Municipal de Curitiba

O Mercado Municipal de Curitiba, tal como e onde o conhecemos hoje, foi inaugurado em 2 de Agosto de 1958. Mas antes disso vamos falar da história de outros mercados municipais que Curitiba já teve.

O primeiro mercado público da cidade de Curitiba surgiu em 1864, na atual Praça Zacarias. À época, o local tinha o nome de Largo da Ponte e o Mercado tinha o nome de Mercado dos Quartinhos. O imóvel era de propriedade do governo da província do Paraná e estava localizado numa construção ao lado do Rio Ivo. Em 1869, o governo requisitou que o imóvel fosse desocupado, fazendo com que o Mercado ficasse sem sede e inativo até 1873.

Nesse mesmo ano, no dia do aniversário de emancipação do Paraná, 19 de dezembro, foi lançada a pedra fundamental para que o novo Mercado fosse construído no Largo da Cadeia, local onde hoje é a Praça Generoso Marques. Em 11 de outubro do ano seguinte, 1874, foi inaugurado o novo Mercado Municipal de Curitiba. Tamanha era a importância do Mercado para a cidade e para a região, que o Largo da Cadeia foi renomeado como Largo do Mercado em 1890. Em 1906 o Mercado foi reformado.

A ideia do Mercado Municipal em sua localidade atual foi pensada pelo urbanista francês Alfred Agache, no contexto do Plano Agache. Já o Mercado em si foi projetado pelo engenheiro Saul Raiz, que anos depois viria a ser prefeito de Curitiba. O Plano Agache foi um Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, elaborado entre as décadas de 1940 e 1960, e que estabeleceu diretrizes e normas para um crescimento ordenado da cidade, com ênfase no tráfego e no zoneamento das funções urbanas.



Turistoria/Biblioteca IBGE

Londrina sendo pavimentada

Novembro de 1958. A fotografia descreve um momento crucial da rua Sergipe, vista a partir da esquina com a rua Pernambuco, em Londrina. A cena é de preparação intensa: a via, até então marcada por chão batido e, posteriormente, por paralelepípedos, estava prestes a receber a tão esperada camada de asfalto. A imagem revela a rua tomada por um mar de pedras cuidadosamente espalhadas, em uma etapa essencial para garantir a firmeza da futura pista asfaltada.



Prefeitura de Londrina / Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss / Acervo Londrina Histórica.

UFOLOGIA

Inteligência Artificial, Alienígenas ou Ciberataques?

Uma série de grandes falhas tecnológicas interrompeu os serviços de aviação, bancários e de comunicações digitais, levantando questões sobre se os incidentes são coincidência

Uma coincidência particularmente intrigante envolve o novo sistema SMART da FAA, avaliado em US$ 875 milhões e baseado em inteligência artificial, que foi expandido para todo o país em 10 de novembro — apenas três dias antes da paralisação da aviação



Permanecem dúvidas sobre IA, ciberataques e até mesmo inteligência não humana n3m3/Meta AI

Especial
OVNIHOJE.COM

UMA série de grandes falhas tecnológicas interrompeu os setores da aviação, bancário e de comunicações. Enquanto os investigadores examinam os problemas de software e as falhas de infraestrutura, permanecem dúvidas sobre inteligência artificial, ciberataques e até mesmo inteligência não humana — mas o que as evidências realmente mostram?

Uma série de grandes falhas tecnológicas interrompeu os serviços de aviação, bancários e de comunicações digitais, levantando questões sobre se os incidentes são coincidência, se estão conectados por vulnerabilidades em infraestruturas críticas ou se estão potencialmente ligados à inteligência artificial ou a algo menos compreendido.

A United Airlines sofreu a mais recente interrupção em seus voos na segunda-feira, 16 de novembro de 2026, quando uma falha tecnológica em todo o sistema atrasou a decolagem. De acordo com a Associated Press, os pilotos relataram dificuldades em obter as informações de peso e balanceamento da aeronave, necessárias para a partida. A United afirmou que o problema foi resolvido e que não havia indícios de um ataque cibernético. O incidente ocorreu após uma paralisação nacional dos voos nos EUA, decretada pela Administração Federal de Aviação (FAA) em 13 de novembro. Segundo a FAA, aproximadamente mil tentativas de conexão a cada quatro ou cinco segundos sobrecarregaram os equipamentos de telecomunicações obsoletos, desestabilizando os sistemas de radar e comunicação. Os investigadores identificaram duas possíveis fontes de tráfego excessivo na rede, incluindo um local que estava passando por substituição de roteador.

Entretanto, a Microsoft sofreu uma interrupção global a partir de 12 de novembro, afetando o Outlook, o Teams, o Copilot e outros serviços. A Microsoft publicou um comunicado no Facebook atribuindo a interrupção a um problema de atualização da capacidade da rede e descartando explicitamente ataques cibernéticos e agentes de inteligência artificial. Em 16 de novembro, o JPMorgan Chase também emitiu um comunicado oficial sobre o incidente com a empresa X. A instituição financeira relatou atrasos nas transações causados por uma falha de software em seus próprios sistemas de hardware. O banco afirmou não ter evidências de um ataque cibernético.

IA

Uma coincidência particularmente intrigante envolve o novo sistema SMART da FAA, avaliado em US$ 875 milhões e baseado em inteligência artificial, que foi expandido para todo o país em 10 de novembro — apenas três dias antes da paralisação da aviação. Segundo a FAA, o SMART analisa aproximadamente 200 fluxos de dados para ajudar os gestores de tráfego aéreo a antecipar congestionamentos e recomendar alterações operacionais.

O momento em que isso ocorreu levanta suspeitas. No entanto, a FAA e o desenvolvedor do sistema negam qualquer ligação com a paralisação em solo. Atualmente, não há evidências comprovadas de que a IA tenha causado qualquer uma dessas interrupções.

Desenvolvimento

Pesquisadores de cibersegurança da Wiz divulgaram duas vulnerabilidades críticas no PHP, conhecidas coletivamente como PHP2Shell, descobertas com o auxílio de sistemas avançados de IA. A Microsoft confirmou que as vulnerabilidades podem permitir a execução remota de código, possibilitando que invasores comprometam servidores vulneráveis. As vulnerabilidades são reais, mas não há evidências verificadas que liguem a exploração do PHP2Shell às recentes interrupções.

No entanto, a descoberta de vulnerabilidades assistida por IA levanta uma questão importante: a inteligência artificial está acelerando a descoberta de fragilidades na infraestrutura digital mais rapidamente do que as organizações conseguem corrigi-las? A IA pode fortalecer a segurança cibernética e, simultaneamente, aumentar a velocidade com que as vulnerabilidades são descobertas e potencialmente exploradas.

Inteligência não humana

Para os pesquisadores que exploram OVNIs e inteligência não humana, o agrupamento de perturbações apresenta outra questão especulativa: poderia uma inteligência desconhecida interferir em sistemas tecnológicos cada vez mais interconectados? Essas possibilidades há muito despertam o interesse de investigadores de OVNIs. Contudo, não existem relatos verificados que comprovem atividade aérea incomum, interferência eletromagnética inexplicável ou envolvimento da INH nesses incidentes. A ligação com a INH permanece totalmente especulativa, não sendo uma explicação comprovada por evidências.

Padrão emergente?

As interrupções ocorreram com poucos dias de diferença, mas a proximidade temporal não estabelece uma causa comum. De fato, as evidências disponíveis atualmente apontam para falhas técnicas isoladas envolvendo o software, redes e infraestrutura obsoleta. Nenhum ataque coordenado ou causa subjacente comum foi estabelecido. No entanto, esses incidentes revelam uma preocupação maior: a sociedade moderna depende cada vez mais de sistemas interconectados, cujas falhas podem interromper serviços essenciais em diversos setores.

À medida que as investigações prosseguem, o mistério mais profundo pode não ser quem — ou o quê — está interferindo em nossa tecnologia, mas sim se os sistemas tecnológicos dos quais dependemos estão se tornando complexos demais para serem gerenciados de forma confiável.

Aliens estariam criando híbridos para repovoar a Terra?

A hipótese mais surpreendente apresentada por Moshier diz respeito à finalidade da presença extraterrestre

Ovnihoje.com
Especial

●Um ex-empreiteiro do Departamento de Defesa dos Estados Unidos fez declarações surpreendentes sobre a presença de inteligência extraterrestre em nosso planeta. Gary Moshier, que trabalhou no desenvolvimento de armamentos militares antes de dedicar-se à investigação de OVNIs, afirma que seres extraterrestres estariam utilizando encontros com militares norte-americanos para demonstrar sua superioridade tecnológica e intimidar a humanidade.

Em entrevista ao jornal Daily Mail, Moshier explicou que, após 12 anos investigando relatos de avistamentos, abduções, mutilações de animais e círculos nas plantações, chegou à conclusão de que muitos desses acontecimentos seriam deliberadamente encenados por uma inteligência não humana. Segundo ele, o objetivo seria transmitir uma mensagem: os visitantes possuem tecnologia muito superior à nossa e querem deixar claro que estão presentes na Terra.

Moshier destacou particularmente o famoso incidente envolvendo o grupo de batalha do porta-aviões USS Nimitz, ocorrido em novembro de 2004, quando pilotos militares encontraram um objeto branco, com formato semelhante a uma cápsula, posteriormente conhecido como Tic Tac.

O comandante David Fravor relatou que o objeto parecia reagir às manobras de seu caça e demonstrava capacidades de movimentação extraordinárias. Para Moshier, esses encontros não seriam simples observações acidentais. Os OVNIs estariam deliberadamente desafiando aeronaves militares, acompanhando seus movimentos e demonstrando uma superioridade tecnológica esmagadora. Ele acredita que essas manifestações seriam uma forma de intimidação, como se os visitantes estivessem transmitindo uma mensagem: sabem onde os militares estão e conhecem seus movimentos.

A hipótese mais surpreendente apresentada por Moshier diz respeito à finalidade da presença extraterrestre. Segundo sua interpretação, uma espécie alienígena estaria interessada em transformar a Terra em seu próprio ambiente de vida, preparando o planeta para um eventual processo de repovoamento. O pesquisador acredita que diversos fenômenos associados aos OVNIs poderiam estar relacionados a esse objetivo. Ele cita, por exemplo, os relatos de mutilações de animais, afirmando que esses acontecimentos poderiam representar advertências sobre a maneira como a humanidade trata seus rebanhos e administra seus recursos alimentares. Moshier também destaca os frequentes relatos de OVNIs próximos a instalações nucleares,



n3m3/Meta AI

depósitos de armas e estruturas militares.

Zimbábue

Outro episódio mencionado é o famoso incidente da Escola Ariel, ocorrido em 1994, no Zimbábue. Na ocasião, 62 estudantes relataram ter observado objetos incomuns e figuras humanoides nas proximidades da escola. Algumas crianças afirmaram ter recebido mensagens telepáticas relacionadas à destruição ambiental provocada pela humanidade. Para Moshier, esse episódio reforça a ideia de que os visitantes estariam preocupados com a deterioração do planeta e com a preservação de seu ambiente.

O pesquisador também mencionou a possibilidade dos extraterrestres estarem desenvolvendo uma espécie híbrida, praticamente indistinguível dos seres humanos, mas com capacidades neurológicas diferentes. Segundo sua teoria, esses indivíduos poderiam fazer parte de um projeto de longo prazo relacionado à presença extraterrestre na Terra. As declarações de Gary Moshier apresentam uma interpretação abrangente de diferentes acontecimentos da ovniologia, conectando encontros militares, abduções, mutilações de animais e relatos de comunicação com seres não humanos a uma possível estratégia extraterrestre de ocupação do nosso planeta.

EM NÚMEROS

62

Na ocasião, **62 estudantes relataram ter observado objetos incomuns** e figuras humanoides nas proximidades da escola do Zimbábue

TECH/MUNDO

Rede estadual Iniciativa concorre no Brasil Digital Awards 2026. Projeto desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação Setorial integra a biblioteca digital

BookTube é finalista em prêmio que reconhece projetos digitais do país

A iniciativa paranaense está entre as finalistas da categoria Impacto Social e Transformação, que recebeu candidaturas do Brasil inteiro

Curitiba
AEN



O BookTube é finalista do Brasil Digital Awards 2026 Silvio Turra/SEED

O PROJETO BookTube, desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação Setorial (NCS) da Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR), está entre os finalistas do Brasil Digital Awards 2026, uma das principais premiações nacionais voltadas ao reconhecimento das melhores estratégias, serviços e cases digitais do país. A iniciativa paranaense está entre as finalistas da categoria Impacto Social e Transformação, que recebeu candidaturas do Brasil inteiro. A classificação coloca em evidência o trabalho desenvolvido pela equipe da Seed-PR, que aposta na criatividade, na inovação e em novas linguagens para aproximar os estudantes do universo literário.

Integrado à biblioteca digital Leia Paraná, o BookTube apresenta obras disponíveis na ferramenta por meio de produções audiovisuais que exploram personagens, histórias, conflitos, temáticas e diferentes possibilidades de interpretação. A proposta vai além das tradicionais resenhas literárias: utiliza recursos audiovisuais, cenários, figurinos, objetos e elementos narrativos para despertar a curiosidade dos jovens e estimular o interesse pela leitura.

As produções são desenvolvidas em estúdios, escolas e outros espaços, com a participação e o protagonismo de estudantes da rede estadual. Os vídeos também contam com recursos de acessibilidade, como legendas e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), ampliando as possibilidades de acesso aos conteúdos.

Desde agosto de 2023, o projeto já contabiliza 15 produções audiovisuais, que acompanham as obras disponíveis no Leia Paraná e também podem ser utilizadas como recursos de apoio ao trabalho pedagógico dos professores. "Estar entre os finalistas de uma premiação nacional é motivo de orgulho para a educação do Paraná", disse o secretário de Estado da Educação, Roni Miranda. "O BookTube mostra como podemos utilizar a tecnologia e a criatividade para despertar o interesse dos estudantes pela leitura, aproximando os jovens da literatura por meio de linguagens conectadas à sua realidade. Esse reconhecimento valoriza também o trabalho dos profissionais que desenvolvem iniciativas inovadoras para fortalecer a educação pública".

Para a chefe do Núcleo de Comunicação Setorial da Seed-PR, Daniela Fogaça, a indicação ao prêmio representa o reconhecimento de um trabalho que une comunicação estratégica, criatividade e inovação a serviço da educação.

Segundo ela, esse reconhecimento mostra a importância de pensar a comunicação de forma estratégica, acompanhando as transformações no comportamento e nos interesses dos estudantes. "O BookTube é um exemplo de como podemos explorar novos formatos e narrativas para dar visibilidade às iniciativas da rede e criar conexões mais próximas com os jovens. É uma satisfação ver esse trabalho coletivo ganhar destaque e chegar à final de um prêmio nacional", afirmou. A cerimônia de premiação do Brasil Digital Awards 2026 será no dia 7 de dezembro, em São Paulo (SP), quando serão revelados os vencedores de cada categoria.

Leia Paraná

O Leia Paraná foi desenvolvido para ampliar o acesso dos estudantes à literatura e estimular competências essenciais à formação escolar, como interpretação de textos, compreensão leitora, pensamento crítico e autonomia na aprendizagem. Por meio da ferramenta, os alunos têm acesso a um acervo com 136 obras clássicas e contemporâneas, em formato de livros digitais e audiolivros, podendo ler pelo celular, computador ou tablet. A proposta vai além de disponibilizar livros na internet. A ferramenta funciona como um clube de leitura digital integrado ao processo pedagógico, aproximando os estudantes de diferentes gêneros literários e oferecendo aos professores recursos para acompanhar o desenvolvimento das atividades e o desempenho dos alunos. Com isso, a leitura ganha espaço na rotina escolar e passa a contar com ferramentas que ajudam a transformar o contato com os livros em uma experiência de aprendizagem mais estruturada.

DATA

7

A cerimônia de premiação do Brasil Digital Awards 2026 será no **dia 7 de dezembro**, em São Paulo (SP), quando serão revelados os vencedores de cada categoria

A iniciativa também dialoga com o currículo da rede estadual e com as avaliações educacionais, contribuindo para que a leitura e a interpretação sejam trabalhadas de maneira contínua em sala de aula. Ao combinar acesso à leitura, atividades pedagógicas e acompanhamento de resultados, a ferramenta reforça o papel da tecnologia como instrumento para qualificar o ensino, sem substituir a mediação fundamental dos professores.

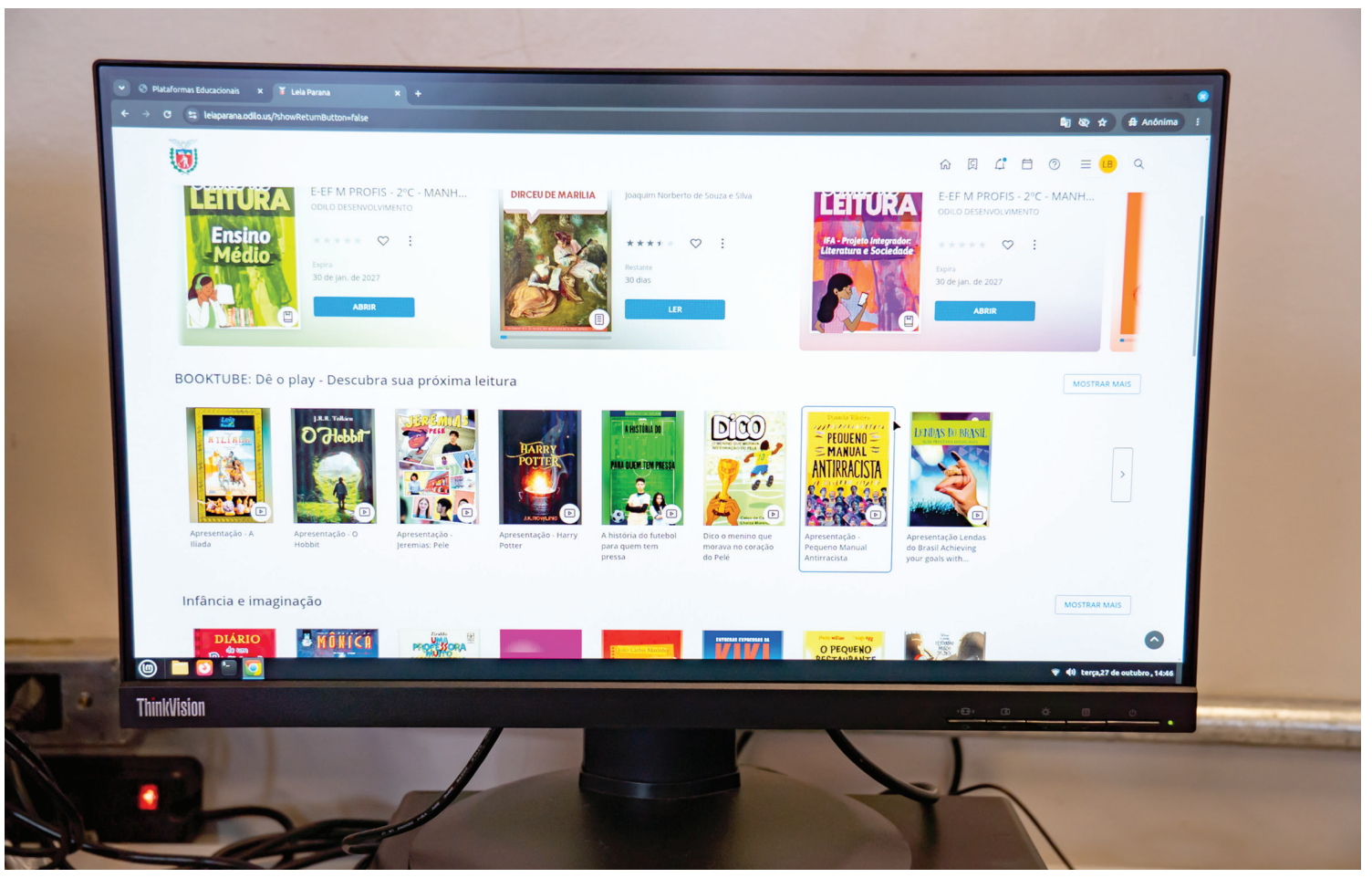
Comunicação

A produção do BookTube envolve pesquisa sobre as obras, elaboração de roteiros, planejamento audiovisual, gravações e edição. O trabalho é conduzido pela equipe do Núcleo de Comunicação Setorial, que transforma o conteúdo literário em narrativas audiovisuais planejadas especialmente para dialogar com o público jovem. Para Priscila Angélica Santos, responsável pela condução do projeto no NCS, o desafio está em apresentar os livros de maneira atrativa, despertando a identificação dos estudantes com as histórias e seus personagens. "O BookTube nasceu de uma ideia que tive a alegria de conceber e acompanhar, com o objetivo de incentivar a leitura de forma lúdica e valorizar o protagonismo juvenil. O projeto cresceu graças à contribuição de muitos profissionais, especialmente das equipes técnicas e dos editores, fundamentais para sua realização".

Brasil Digital Awards 2026

O Brasil Digital Awards 2026 integra a programação de premiações promovida pela Associação Nacional do Mercado e Indústria Digital (AnaMid), que reconhece iniciativas de destaque no mercado digital brasileiro. A edição deste ano reúne dez categorias, com até três finalistas em cada uma, selecionados por um júri técnico. A cerimônia de premiação, em 7 de dezembro, será realizada simultaneamente ao Brasil Publisher Awards, que contempla outras 11 categorias e reconhece empresas, sites, portais ou blogs com atuação no campo das mídias digitais. Juntas, as duas premiações somam 21 categorias e receberam 348 cases inscritos, reunindo projetos de diferentes segmentos do ecossistema digital do país.

O Leia Paraná foi desenvolvido para ampliar o acesso dos estudantes à literatura e estimular competências essenciais à formação escolar, como interpretação de textos, compreensão leitora, pensamento crítico e autonomia na aprendizagem



O Leia Paraná foi desenvolvido para ampliar o acesso dos estudantes à literatura



Divulgação/Arquivo

Especial de aniversário:

Marcos Formighieri relembra os bastidores dos 35 anos da Gazeta do Paraná

Em edição especial do Mais+, fundador e diretor do jornal revisita a história do veículo desde 1991 e fala sobre investigação, independência editorial e os desafios do jornalismo

Cascavel
JULIA MARASCHI

FUNDADA EM 1991, a Gazeta do Paraná completa 35 anos de história em 2026. Para marcar a data, o programa Mais+ recebeu o fundador e diretor do jornal, Marcos Formighieri, em uma edição especial conduzida em torno das memórias, dos desafios e das decisões que marcaram a trajetória do veículo.

Durante a conversa, Formighieri relembrou o início do jornal e os obstáculos enfrentados para consolidar um projeto editorial baseado no jornalismo investigativo. Ao longo das décadas, segundo ele, a atuação da Gazeta também foi marcada por pressões e ameaças relacionadas às denúncias publicadas.

Bastidores

Ao recordar a fundação do jornal, em 1991, Marcos Formighieri falou sobre o processo de construção da Gazeta do Paraná e os desafios de manter um veículo de comunicação independente. Entre os episódios mencionados, relatou ter enfrentado ameaças e afirmou que recebeu uma suposta oferta de R$ 5 milhões para interromper denúncias.

O diretor também abordou a relação entre sustentabilidade financeira e independência editorial. Segundo ele, a publicidade é uma das fontes de manutenção do veículo, mas não deve interferir nas decisões jornalísticas nem determinar o conteúdo publicado.

Jornalismo e liberdade

A entrevista também trouxe reflexões sobre os desafios atuais da comunicação, especialmente diante da circulação de informações falsas nas redes sociais. Formighieri comentou o debate sobre fake news, a regulamentação das plataformas digitais, a liberdade de expressão e a responsabilização de quem divulga conteúdos falsos.

Os temas levantam questões sobre os limites entre a liberdade de manifestação e a responsabilidade pela informação compartilhada, em um cenário no qual as redes sociais ocupam espaço central na circulação de notícias.

Memórias

Filho do primeiro prefeito de Cascavel, Marcos Formighieri, também compartilhou lembranças e perspectivas sobre a história do município. Durante o bate-papo, contestou a data oficial de aniversário da cidade e apresentou sua interpretação sobre a origem do nome Cascavel.

A conversa ampliou o olhar para além da história do jornal e trouxe aspectos da formação do município, relacionando memória familiar, história local e identidade regional.

NÚMERO

35

ANOS
de história da Gazeta do Paraná, fundada em 1991, com uma trajetória marcada pelo jornalismo investigativo e pela defesa da independência editorial

Uma mensagem

Ao final da edição especial, Formighieri deixou uma mensagem aos leitores e aos profissionais que fazem parte da Gazeta do Paraná. A fala marcou o encerramento de uma conversa dedicada não apenas aos 35 anos do veículo, mas também aos desafios de manter o compromisso com a informação e a investigação jornalística.

Cocos do Nordeste e Cerro de Porongos reconhecidos como patrimônio cultural do Brasil

Iphan aprova registro de manifestação popular presente em comunidades nordestinas e tombamento de local marcado pelo Massacre dos Lanceiros Negros, no Rio Grande do Sul

Julia Maraschi
Cascavel

●Os Cocos do Nordeste e o Cerro de Porongos, no município de Pinheiro Machado (RS), foram reconhecidos como patrimônios culturais do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). As decisões foram aprovadas na quarta-feira (25) e contemplam uma manifestação popular que reúne música, dança e poesia, além de um sítio histórico ligado ao Massacre dos Lanceiros Negros, ocorrido em 1844.

Os reconhecimentos envolvem diferentes formas de preservação da memória brasileira. Enquanto os Cocos do Nordeste passam a integrar o Livro de Registro das Formas de Expressão, o Cerro de Porongos foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Tradição e identidade

Presentes há gerações em diferentes estados do Nordeste, os Cocos são manifestações culturais que combinam música, dança, poesia, brincadeira e celebração. A prática está presente em comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e também em periferias urbanas, funcionando como espaço de convivência e transmissão de conhecimentos entre gerações.

A manifestação apresenta diferentes formas, entre elas os Cocos Dançados, conhecidos também como Coco de Roda e Samba de Coco, e o Coco de Embolada.

Nos Cocos Dançados, os participantes formam uma roda e uma pessoa dança no centro. A escolha de quem entra em seguida pode ocorrer por meio da umbigada, movimento de aproximação entre os quadris associado a tradições africanas de matriz banto. O ritmo é marcado pelos pés e pelas palmas, enquanto os versos são conduzidos por uma pessoa e respondidos pelo grupo.

Já o Coco de Embolada é caracterizado pelo improviso poético. Os participantes travam desafios de versos rimados, exigindo agilidade de pensamento e domínio das palavras. Pandeiro, zabumba, ganzá e triângulo estão entre os instrumentos utilizados nas apresentações.

A prática também mantém vínculos com a espiritualidade e a religiosidade das comunidades. Os Cocos podem fazer parte de novenas, procissões e festas de santos católicos, além de celebrações em terreiros de Jurema Sagrada e de algumas casas de candomblé.



Divulgação/Arquivo

O relator do processo no Iphan, Kleber Amancio, destacou a importância do reconhecimento para a preservação da manifestação e para a valorização de seus detentores. Segundo ele, os Cocos representam um espaço de afeto, união comunitária e manutenção da memória coletiva.

Lanceiros Negros

O segundo reconhecimento aprovado pelo Iphan foi o tombamento do Cerro de Porongos, local onde ocorreu o Massacre dos Lanceiros Negros, em 1844, durante a Revolução Farroupilha. O episódio aconteceu em uma emboscada promovida por tropas imperiais contra combatentes que integravam as forças farroupilhas.

Os Lanceiros Negros eram, em sua maioria, homens escravizados que lutavam na guerra sob a promessa de liberdade. Eles faziam parte das tropas de cavalaria organizadas pelos rebeldes gaúchos, que se levantaram contra o Império entre 1835 e 1845, reivindicando maior autonomia e contestando impostos.

O tombamento protege o local contra destruição ou descaracterização. A partir do reconhecimento, qualquer intervenção na área precisa de autorização do Iphan. O espaço tombado compreende 59,2 hectares e abrange toda a formação do Cerro.

No local também há um monumento instalado pelo Movimento Zumbi dos Palmares, em 2004, que inclui um poema do escritor senegalês Birago Diop. O espaço é utilizado para homenagens aos Lanceiros Negros e para preservar a memória das vítimas do massacre.

As duas decisões ampliam o reconhecimento institucional de expressões culturais e lugares ligados à história afro-brasileira, valorizando tanto as tradições mantidas pelas comunidades quanto os espaços de memória da resistência à escravidão.

NÚMERO

59,2

HECTARES
é a área do Cerro de Porongos protegida pelo tombamento do Iphan, que impede a descaracterização do sítio histórico

Suculento, recheado com abacaxi, bacon e ervas, o lombo suíno é uma opção para a ceia de Natal que combina sabores contrastantes e carrega tradições ligadas à fartura e à celebração



Fotos: Divulgação/Arquivo

Lombo recheado com abacaxi e bacon

Sabor e tradição na ceia de Natal

Com recheio agridoce de abacaxi e bacon dourado, o lombo suíno ganha destaque na ceia de Natal e une suculência, aromas e sabores em uma receita especial para compartilhar à mesa

Cascavel
JULIA MARASCHI

O LOMBO DE PORCO é presença frequente nas mesas de Natal e tem sua popularidade ligada a tradições europeias, especialmente portuguesas, que influenciaram os costumes festivos brasileiros. Durante séculos, o abate do porco nos meses mais frios representava uma importante forma de garantir alimento para as famílias, e a carne suína passou a ser associada à fartura, à celebração e às ocasiões especiais.

Além do aspecto histórico, o porco também ganhou significados simbólicos em diferentes culturas. Em algumas tradições populares, ele representa prosperidade e avanço, por seu hábito de empurrar o focinho para a frente enquanto procura alimento. Essa associação fez com que pratos à base de carne suína fossem relacionados a bons desejos para o novo ano, embora o simbolismo varie de acordo com a região e os costumes familiares.

No Brasil, o lombo, o pernil e outras preparações suínas dividem espaço com aves e acompanhamentos tradicionais nas ceias de fim de ano. A influência portuguesa ajudou a consolidar o consumo de assados nas celebrações, enquanto ingredientes tropicais foram incorporados às receitas, criando combinações que equilibram sabores salgados, doces e ácidos.

Nesta versão, o abacaxi traz frescor e acidez ao lombo, enquanto o bacon acrescenta sabor defumado e gordura, contribuindo para um recheio mais suculento. A sálvia e o tomate complementam a combinação, resultando em um assado que pode ser servido como destaque da ceia.

Opine
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br

RECEITA



Lombo recheado com abacaxi e bacon

Rendimento: 6 a 8 porções
Tempo de preparo: aproximadamente 2 horas, incluindo marinada

Ingredientes
Para o lombo:
1,5 kg de lombo suíno
3 dentes de alho amassados
2 colheres de sopa de suco de limão
2 colheres de sopa de azeite
Sal e pimenta-do-reino a gosto

Para o recheio:
2 xícaras de abacaxi picado
200 g de bacon em cubos pequenos
8 folhas de sálvia
1 colher de sopa de azeite

Modo de preparo

1. Abra o lombo em uma manta, cortando a peça no sentido do comprimento, sem separar completamente as partes, até que fique plano e com espessura uniforme.
2. Tempere a carne com o alho amassado, o suco de limão, o sal, a pimenta-do-reino e o azeite. Cubra e deixe marinar na geladeira por aproximadamente 1 hora.
3. Em uma frigideira, frite o bacon em fogo médio até dourar e liberar parte da gordura. Retire e reserve.
4. Na mesma frigideira, aproveitando um pouco da gordura do bacon, coloque o abacaxi e refogue por aproximadamente 5 minutos, até ficar levemente macio. Escorra o excesso de líquido e deixe esfriar.
5. Sobre o lombo aberto, distribua as folhas de sálvia, o abacaxi refogado e o bacon dourado.
6. Enrole a carne cuidadosamente, formando um rocambole, e amarre com barbante culinário para manter o formato durante o cozimento.
7. Coloque o lombo em uma assadeira untada com azeite, cubra com papel-alumínio e leve ao forno preaquecido a 200 ºC por aproximadamente 50 minutos.
8. Retire o papel-alumínio e regue a carne com o líquido da assadeira. Aumente a temperatura para 220 ºC e deixe assar por mais 25 a 35 minutos, até dourar. Se necessário, regue mais uma vez durante esse período.
9. Retire do forno e deixe descansar por 10 a 15 minutos antes de remover o barbante e fatiar. Sirva com o molho da assadeira.

Ideias para acompanhamento:
Batatas assadas com alecrim; arroz com amêndoas; farofa de manteiga; salada de folhas com molho cítrico; legumes assados; molho de laranja.

Mais+

WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Direito do consumidor Discussão envolve operações em que descontos mensais podem ser insuficientes para amortizar a dívida, além da responsabilidade dos bancos pela informação prestada aos clientes

STJ discute abusos em contratos de cartão de crédito consignado

Corte deverá estabelecer critérios para avaliar a validade das contratações e definir as consequências jurídicas de irregularidades nas operações de crédito



Marcelo Camargo / Agência Brasil

REDAÇÃO
Cascavel

● A contratação de cartões de crédito consignado, modalidade que tem provocado disputas judiciais envolvendo instituições financeiras e consumidores, está em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte analisa os critérios que devem ser observados para identificar eventuais abusividades nos contratos, especialmente nos casos em que o consumidor afirma ter contratado um empréstimo consignado convencional, mas acabou vinculado a uma operação de cartão de crédito.

A controvérsia envolve principalmente aposentados, pensionistas e servidores públicos, que possuem rendimentos sujeitos a descontos diretamente na folha de pagamento. A decisão a ser tomada pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos deverá orientar o julgamento de processos semelhantes em todo o país, uniformizando a interpretação da legislação consumerista.

Na sexta-feira (27), a Corte realizou audiência pública para colher contribuições sobre o Tema 1.414, sob relatoria do ministro Raul Araújo. A discussão busca conciliar a proteção dos consumidores e a segurança jurídica das relações contratuais, diante de divergências sobre a validade das operações e a possibilidade de prolongamento das dívidas.

Dívidas sem prazo para acabar

Diferentemente do empréstimo consignado tradicional, que normalmente possui quantidade determinada de parcelas e previsão de encerramento, o cartão de crédito consignado permite que apenas uma parcela da fatura seja descontada automaticamente da remuneração ou do benefício previdenciário do consumidor.

Quando o restante da fatura não é quitado, o saldo devedor pode ser refinanciado mediante a incidência de juros rotativos. Na prática, dependendo das condições contratuais, o consumidor pode permanecer pagando mensalmente sem conseguir reduzir significativamente o valor da dívida.

Uma das questões submetidas ao STJ é justamente a eventual abusividade de contratos nos quais os descontos mensais se mostram insuficientes para amortizar o débito. A Corte também deverá avaliar a responsabilidade das instituições financeiras em esclarecer previamente as diferenças entre as modalidades de crédito oferecidas.

Devolução de valores

Além de estabelecer critérios para identificar irregularidades, o STJ deverá definir quais consequências jurídicas serão aplicadas quando constatados vícios na contratação. Entre as possibilidades estão a anulação do negócio jurídico, com a restituição das partes à situação anterior, a transformação da operação em empréstimo consignado convencional ou a revisão das cláusulas contratuais.

A definição poderá repercutir diretamente no cálculo dos valores pagos pelos consumidores, na compensação das quantias originalmente disponibilizadas pelas instituições financeiras e na eventual restituição de cobranças indevidas. Outro ponto em discussão é a configuração do dano moral presumido, conhecido no meio jurídico como in re ipsa, que dispensa a comprovação individual de determinados prejuízos extrapatrimoniais.

Prazo para contestação

O julgamento também deverá solucionar divergências relacionadas ao prazo para que os consumidores questionem judicialmente a validade dos contratos. Uma das possibilidades em análise é a aplicação do artigo 178 do Código Civil, que estabelece prazo decadencial de quatro anos para a anulação de negócios jurídicos em determinadas circunstâncias.

Outra possibilidade é o reconhecimento de hipóteses de nulidade contratual abrangidas pelo artigo 169 do Código Civil, segundo o qual o negócio jurídico nulo não pode ser confirmado nem convalesce pelo decurso do tempo. Isso não significa, necessariamente, que todos os pedidos patrimoniais decorrentes da nulidade sejam imprescritíveis
.

Repercussão nacional

Seis recursos especiais integram as discussões conduzidas pelo STJ. Por se tratar de julgamento submetido à sistemática dos recursos repetitivos, a tese estabelecida deverá ser observada pelos demais órgãos do Judiciário, incluindo o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

Embora a modalidade de crédito consignado por meio de cartão não seja, por si só, ilegal, o julgamento deverá delimitar as circunstâncias em que sua comercialização e execução podem configurar práticas abusivas. A audiência pública constitui uma etapa preparatória, sem definição de tese definitiva sobre a controvérsia.

NÚMERO

6

Recursos especiais integram a discussão sobre os contratos de cartão de crédito consignado

STJ afasta prescrição em disputa de R$ 141 milhões por desapropriação de terras

Decisão distingue a ocupação parcial de uma propriedade pelo poder público da posterior desapropriação indireta de uma área maior

Redação
Cascavel

●O Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a prescrição de uma ação indenizatória de R$ 141 milhões relacionada à desapropriação indireta de uma propriedade rural de aproximadamente 565 hectares no Distrito Federal. A decisão da Segunda Turma aborda os critérios para a contagem do prazo prescricional em processos que envolvem a ocupação de imóveis particulares pelo poder público.

O julgamento foi divulgado oficialmente pelo STJ na sexta-feira (27). Por maioria de votos, prevaleceu o entendimento apresentado pelo ministro Marco Aurélio Bellizze, que determinou o retorno do processo à Justiça de origem para que sejam examinados os pedidos de indenização.

Disputa de três décadas

A ação foi apresentada em maio de 1996 pelos proprietários de uma área da Fazenda Sarandy, em Planaltina, contra a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb).

A origem do conflito remonta à década de 1960, quando uma extensão de aproximadamente 3,5 mil metros quadrados passou a ser utilizada para captação de água no Córrego Corguinho. Décadas depois, em dezembro de 1994, o governo distrital declarou de utilidade pública uma área significativamente maior, destinada à proteção do sistema de abastecimento.

As instâncias ordinárias consideraram que o direito de reivindicar judicialmente a indenização havia prescrito. Para a Justiça distrital, a contagem deveria começar com a primeira ocupação, ocorrida mais de 20 anos antes do ajuizamento da ação. Os proprietários recorreram ao STJ, argumentando que a utilização de uma fração inferior a um hectare não poderia ser interpretada como a perda da posse sobre centenas de hectares.

Direito de propriedade

A controvérsia examinada pela Segunda Turma está relacionada à teoria jurídica da actio nata, associada ao artigo 189 do Código Civil. Aplicada ao caso, ela exige considerar o momento da efetiva violação do direito do proprietário e a extensão da intervenção estatal.

Na avaliação de Bellizze, a própria atuação da administração pública demonstrava a necessidade de distinguir os dois momentos. Em 1992, a companhia de saneamento iniciou um procedimento para estabelecer os limites da área de proteção da captação de água, diante do surgimento de loteamentos nas proximidades.

A existência desses parcelamentos indicava que os particulares ainda exerciam poderes sobre o imóvel. Dois anos depois, foi publicado o Decreto 16.156/1994, relativo à desapropriação de uma extensão maior da propriedade.


STF divulgação

Repercussão no setor rural

O entendimento adotado pela Segunda Turma reforça a importância da delimitação territorial e temporal das intervenções públicas. A ocupação de determinada parcela de um imóvel não permite presumir, automaticamente, que o proprietário tenha perdido seus direitos sobre toda a extensão territorial.

Indenização ainda será julgada

O afastamento da prescrição não representa uma condenação imediata das empresas públicas ao pagamento da indenização milionária. A decisão permite que a ação volte a tramitar e que os demais aspectos da controvérsia sejam apreciados pela Justiça de origem.

Também permanece aberta a possibilidade de reconhecimento da prescrição especificamente em relação à pequena parcela utilizada para captação de água desde a década de 1960. O julgamento impede, entretanto, que essa eventual prescrição seja automaticamente estendida ao restante da propriedade.

NÚMERO

565

A extensão aproximada da área rural envolvida na disputa judicial é de 565 hectares